

boletim do

instituto de
serviço
social



CATOLICA

CRC-W · CATOLICA RESEARCH CENTRE FOR
PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELLBEING

LISBOA

lisboa

B O L E T I M

do

INSTITUTO DE SERVIÇO SOCIAL

Ano de 1966/67



CATOLICA

CRC-W · CATOLICA RESEARCH CENTRE FOR
PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELLBEING

Nº. 3 (3º. período escolar)

LISBOA

(julho de 1967)

Instituto de Serviço Social (Largo do Mitelo, 1 - LISBOA-1)

J. Lemos

No limite do ano escolar, sai o 3º. número do nosso BOLETIM.

Pareceu-nos dever memorar, neste número, uma data importante na história do Serviço Social - o cinquentenário da publicação de "DIAGNÓSTICO SOCIAL" de Mary Richmond (1917), a primeira obra em que se encara o trabalho social de modo científico: daí os dois artigos iniciais, de D. Lúcia G. Castillo (SERVIÇO SOCIAL DE FAMÍLIA - um confronto com Mary Richmond) e de D. Maria Margarida de Abreu Costa (A PROPÓSITO DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL).

Do Dr. Francisco Pereira de Moura que, há anos, tem professado no Instituto a cadeira de Economia ao 3º. ano e que neste ano de 66/67 regeu o sector de DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO no curso pos-graduado de Administração de Serviços Sociais-publicamos a conferência recentemente efectuada no Porto, a convite do Centro de Cultura Católica, integrada em série relativa ao ensinamento da constituição pastoral "GAUDIUM ET SPES" (sobre a Igreja no mundo deste tempo) do Concílio do Vaticano II, A VIDA ECONÓMICA E SOCIAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO PASTORAL "GAUDIUM ET SPES".

Distinguimos no trabalho escolar, publicando-o, excerpto de um Ponto de frequência da Aluna do 2º. ano, D. Maria Alice da Costa Pina, feito em dezembro de 66, para a cadeira de Moral e Deontologia: LIBERDADE E DEVER.

A falta de espaço (este número do BOLETIM excede bastante a dimensão que nos propuséramos) impede de nos incluir notícia, sequer breve, da vida do Instituto. Retinaremos falar dos cursos pos-graduados que se realizaram no Instituto de fevereiro a julho do ano corrente: apenas consignamos o agradecimento da Escola aos Professores que os regeram, aos Assistentes Sociais que os frequentaram; do "exame de Estado" ministerialmente autorizado, na época de julho como na de outubro, aos Finalistas actuais e aos antigos Alunos do Instituto; do "curso complementar de Serviço Social" recentemente instituído (Diário do Governo, 8/VII/67) e das nossas intenções a propósito. Esperamos publicar o próximo número do BOLETIM logo no início de outubro, informando então devidamente do que possa interessar quantos de algum modo se sentem ligados ao Instituto.

Entretanto votos de boas férias. Até ao próximo, se Deus quiser, melhor-ano lectivo de 1967/68.

SERVIÇO SOCIAL DE FAMÍLIA

- UM CONFRONTO COM MARY RICHMOND -

Lúcia Castillo

- "Cada período da História é, naturalmente, de transição, e assim as instituições em que a trabalhadora social tem de lidar estão dia a dia a modificar-se rapidamente. O seu desenvolvimento tem sido contínuo mas os frutos colhidos não se tornam visíveis a cada momento."

(Mary Richmond - "Diagnóstico Social")

A consciência da historicidade é, sem dúvida, um dos fenómenos mais decisivos na mentalidade e no comportamento do homem contemporâneo.

Acontecimento definitivo na vida individual de cada pessoa que, por êle, se assume no mundo como sujeito, é tanto mais perturbador e dramático quanto implica, inevitavelmente, numa opção irremissível. Pois, ao trazer na própria intimidade da descoberta um compromisso pessoal face à vida, exige resposta sem possibilidade de meios termos. Ou a responsabilidade aderida desde a intimidade mais profunda do ser ou a passiva entrega a uma derrota antecipada.

Mas, o que mais vivamente caracteriza nosso tempo é que de tal tomada de consciência não é mais apenas um acontecimento individual ao qual uns podem chegar e outros não. É um momento definido da evolução humana. É já posse cultural, portanto, uma conquista humana tomada em sua universalidade.

O aparecimento e a evolução do Serviço Social apresentam-se profundamente marcadas pela gradativa assunção desta nova etapa do amadurecimento humano. Quando passamos da assistência para o serviço o fazemos ao impulso reformador que as novas dimensões assumidas impunham às manifestações de solidariedade humana. Quando desviamos a atenção do objeto material na prestação de ajuda para a pessoa como sujeito que se auto-conduz, encetávamos os novos caminhos que esta nova óptica iluminava. Pode ser que os pioneiros dos albos do século não definissem com muita precisão teórica e nem pudessem perceber com nitidez, como hoje, esta mudança fundamental. Entretanto, cinquenta anos passados, podemos identificar naquêlé - "ajudar a ajudar-se" do "Diagnóstico Social" de Mary Richmond a necessidade já precentida de que, tanto no cliente era preciso respeitar o sujeito, como, principalmente, (e talvez seja isto o que fica mais claro na pioneira de Illinois) que a ajuda caridosa prestada pelas "obras" sociais e pelos "assistentes sociais" já não mais poderia ser mera generosidade "acontecida" ao sabor de movimentos espontâneos e irrefletidos. Isto é, o Serviço Social nasce precisamente da necessidade sentida de assumir-se consciente e responsável, "comprometido", dentro do contexto que lhe cabe conhecer e definir para poder atuar: daí o "diagnóstico social".

Pode parecer que estas considerações desviam-nos do tema anunciado ao título, mas afigura-se-nos impossível fazer um confronto, hoje, com uma obra de 50 anos atrás, sem situar-nos nas perspectivas de um processo histórico dentro do qual somos mais responsáveis agora (porque ainda mais conscientes) do que o seria Mary Richmond a seu tempo.

Ora, no que se refere ao tema "Família" em relação ao Serviço Social, é interessante ressaltar que no prefácio da primeira edição do "Diagnóstico Social" em 1917, diz-nos a su-

tora, logo ao primeiro parágrafo :

"Há 15 anos, comecei a tomar notas, a juntar informativos e esboçar mesmo certos capítulos de um livro sobre trabalho social nas famílias. (O grifo é nosso) Nele se esperava transmitir aos novos que viessem a trabalhar em instituições de caridade a explicação dos métodos que nós os velhos, julgávamos úteis." -

Poi, portanto, à partir da reflexão sobre a experiência prática junto às famílias que M. Richmond chegou a elaboração da sua teoria sobre Serviço Social. Diz ela :

"pareceu-me logo, contudo, que não haveria objetivo ou método que pudesse ser característico e exclusivo desse campo de trabalho, pois que, em última análise, os objetivos e métodos para se solucionarem os casos sociais eram ou deveriam ser os mesmos, qualquer que fosse o tipo de necessidade que havia a atender..." Depois : "Se contudo era necessário e conveniente dividir o trabalho social em seções e especialidades, havia em tretanto o dever de manter os pontos comuns e fundamentais desse trabalho."

É, sem dúvida, admirável a perspectiva histórica, a lucidez dinâmica e flexível desta mulher votada ao prático e ao serviço do outro, com plena consciência da absoluta necessidade de auto responsabilização definida de uma profissão emergente. E, se a ela devemos o exemplo de dedicação, coragem de oferecer o fruto teórico de suas reflexões, preocupação de continuar-se nas novas gerações de assistentes sociais, não podemos deixar de, acima de tudo, apreciar a honesta capacidade de admitir a mudança, a adequação, que as ciências (ela o presente) e os fatos (ela o sabe) possam vir a provocar.

"As ideias da trabalhadora social sobre a família quer sejam as da esquerda feminista, quer as conservadoras da extrema direita, serão esclarecidas, ou talvez modificadas, contudo, em face dum tipo de trabalhos de casos sociais que vai a seguir e onde apenas os fatos e os mais legítimos interesses dos necessitados nos servem de guia". (Cap.VII do "Diagnóstico Social").

E, neste sentido, Mary Richmond não deve ser ultrapassada. Se, hoje, poder-nos parecer pueris suas considerações sobre - "as influências do sangue e todas as que resultam da simpatia e antagonismo que o sangue transmite" - encontramos em sua obra o embrião das grandes linhas que chegam até nossos dias, no que diz respeito à posição do tema "família" nas preocupações do Serviço Social. A ela somos particularmente devedores da fidelidade ao espírito de compromisso com a realidade (da prática e das ciências) e responsabilidade de tomada de consciência do dinamismo histórico da nossa profissão. Seríamos infiéis à sua memória se tivéssemos deixado intacto o patrimônio que nos legou.

De fato, em relação ao nosso tema, duas grandes direções, distintas mas não opostas, partem do "Diagnóstico Social".

1. - Todo o Serviço Social de Casos preocupa-se e ocupa-se direta ou indiretamente com a família de seus clientes.
2. - Na divisão de tarefas é possível e muitas vezes necessário que o Serviço Social admita uma "especialização", sendo o atendimento direto às famílias como um todo uma destas formas de distribuição particularizada de atendimento.

Caminhos que se cruzam, vindos de um ponto comum de partida e destinando-se ao mesmo porto, estas duas linhas constituem ainda hoje motivo de confusão e dificuldade para muitos assistentes sociais.

Se o assistente social de Casos considera sempre seus clientes dentro de um contexto familiar, não será sempre "familiar" impossibilitando assim falar-se em Serviço Social de Família, como especialização?

Esta, a nosso ver, é uma falsa dificuldade que apenas aflora quando não nos damos ao mínimo esforço de reflexão

e fugimos à sistematização racional de nosso trabalho.

Não é, certamente M. Richmond, quem dá margem a tal confusão. Ela é clara ao explicar que partindo da experiência em um determinado campo (trabalho nas famílias) chegou à identificação do método de Serviço Social de Casos, a seu ver aplicável a outros casos que não somente situações familiares.

Método e especialização não se confundem nem se opõem. É, portanto, tão inadequado pensar que todo o Serviço Social de Casos é Serviço Social de Família (já desde M. Richmond) como supor que o único método aplicável em Serviço Social de Família é o de Casos.

A evolução de meio século de profissão enriquecida pela experiência e pela contribuição das ciências, Psicologia e Antropologia, particularmente no nosso tema, permitiu o aparecimento de outros métodos e das mais variadas especializações. Surgiram (e poderão surgir outros) como respostas às necessidades e situações com as quais o Serviço Social se defronta. Não como dogmas, mas tentativas pragmáticas de soluções mais eficazes.

A escolha do método não é um estatuto à priori para o profissional, mas uma seleção racional fundamentada em diagnóstico. A especialização não é um simples adjetivo de rótulo, mas uma ampliação em profundidade com vistas a melhor adequação do tratamento.

Os serviços, premidos pelas limitações naturais poderão e precisarão definir a especialização dentro da qual se situam e os métodos que podem oferecer, mas isto é uma contingência e não um ato de fé. É uma racionalização de trabalho para obtenção de maior rendimento. E isto significa, evidentemente uma

incapacidade admitida de responder a qualquer espécie de dificuldade. Pois, métodos, técnicas, especialização só poderão oferecer promessa de eficácia, quando com base diagnóstica, podemos prever que são adequados à situação.

Na perspectiva das duas linhas que apontamos anteriormente, vejamos se nos é possível uma clarificação que permita distinção útil.

1. - A primeira, consiste na preocupação com a "família" como constante em todo o Serviço Social. Desde Mary Richmond.

Entretanto, embora seja este um elemento que permanece ao longo da evolução, as razões e a intensidade não têm sido sempre as mesmas.

Parece-nos à leitura dos vários capítulos dedicados ao trabalho com as famílias no "Diagnóstico Social" que predomina ainda uma preocupação de certa maneira "defensiva". - Os contactos com a família e com vários de seus membros, como as numerosas fontes "colaterais" indicadas parecem servir mais para a verificação da situação para que o assistente social não seja enganado e possa confrontar informações com vistas a um diagnóstico objetivo. E, também para obter maior garantia de não malbaratar esforços pelo tratamento de um membro sem o apoio familiar. Aliás, indicações práticas sugeridas por Mary Richmond neste particular, apesar da singeleza de que hoje se revestem para nós, são ainda válidas e revelam grande lucidez. São exemplos as considerações que faz sobre a necessidade de ouvir em separado os cônjuges, as condições da entrevista em visita domiciliar, etc. Mas já então é uma preocupação expressa com a pessoa do cliente pela significação que a família tem em sua vida.

A influência posterior da psicologia e em especial da psicanálise veio colocar o tema "família" na base do estudo e do levantamento da história do cliente. Aos longos questionários publicados no "Diagnóstico Social" sucederam-se formulários amplamente detalhados que para qualquer forma de ajuda exigiam exaustivo histórico familiar. Já então era o cliente o centro das preocupações mas não se admitia possibilidade de diagnóstico válido sem a interpretação à partir de exaustivo estudo da família para qualquer tipo de ajuda.

Atualmente, com a tendência de pensar no cliente já não apenas à partir de um problema externo, como à princípio, nem de sua personalidade, como posteriormente, mas sim do contexto pessoa-em-situação a importância da família no estudo e tratamento assumem variantes para cada caso. Todavia permanece sempre como área de estudo, cabendo ao diagnóstico indicar a oportunidade, necessidade ou não de atuação sobre a família do cliente.

O assistente social, pois, seja qual for o método ao qual predominantemente se dedique, ou especialização dentro da qual atua precisa estar basicamente preparado para reconhecer os aspectos familiares pertinentes em cada situação e a maneira conveniente de trabalhar com eles. Isto, em absoluto, significa que todo o Serviço Social de Casos seja Serviço Social de Família.

2. - É na perspectiva da segunda linha apontada que este se encontra.

Já M. Richmond fazia referência à "família como um todo". Esta primitiva percepção de que a família guarda uma unidade própria suscetível de ser identificada só encontrou terreno favorável para desenvolver-se com as posteriores contribuições científicas. O grupo familiar no dinamismo de suas interações

internas entre os vários membros e nas suas relações, como unidade, com o mundo externo pode sofrer desvios, perturbações e necessitar de ajuda. As disfunções sociais, internas e externas da família, podem ser estudadas e tratadas na perspectiva da unidade que lhe é própria. É isto que justifica o Serviço Social de Família, uma especialização, já que exige ao profissional ou dos serviços uma óptica peculiar, conhecimentos mais profundos e talvez algumas técnicas diferenciadas.

Em outras palavras. Uma vez que a Família tem, como unidade, funções sociais definidas e que cada membro do grupo familiar tem dentro deste contexto e, em razão dele, funções a desempenhar e em qualquer destas perspectivas podem ocorrer patologias, justifica-se a intervenção do Serviço Social chamado de Família.

Como vemos a distinção é nítida, embora possa à princípio parecer sutil. É entretanto importante para a clareza diagnóstica e consequentemente para o tratamento.

Um cliente pode viver uma situação problemática que inclui no seu contexto, evidentemente a Família sem que isto seja necessariamente uma situação de problemática familiar.

Com isto queremos dizer que, especificamente, só se vem falar em Serviço Social de Família quando o sujeito do tratamento é:

- a) ou a Família como unidade em face das suas funções sociais internas e externas;
- b) ou os indivíduos enquanto membros do grupo familiar e em função dos papéis sociais correspondentes ou das distorções podem pôr em perigo a sã bigidez psico-social da própria família.

Esta não é uma distinção meramente acadêmica mas eminentemente prática em suas consequências pois é indispensável ao assistente social ter muito bem definidos quem é o cliente (o verdadeiro sujeito central do tratamento e em função de que situação-problema o está a ajudar.

Para melhor ilustrar nosso pensamento à respeito, transcrevemos, à seguir, uma exposição (síntese apresentada em 10 minutos) que fizemos em painel com equipa de psiquiatria, psicólogo, neurologista, pediatra e assistente social, sobre o tema restrito da "Equipa Diagnóstica em Neuro-psiquiatria Infantil" na "Reunião Sul Brasileira de Neuro-psiquiatria e Psicologia Infantil" realizada em dezembro de 1966.

"Entendemos que na equipe inter-disciplinar em psiquiatria-infantil, todo o trabalho deve resultar numa unidade final exigida pela realidade multi-dimensional da criança como pessoa humana. Para tal objetivo cada membro da equipe contribui em todos os momentos do atendimento com o enfoque particular de sua disciplina que é, simultaneamente, parte de um todo e unidade particular que guarda sua própria identidade. Entendemos também que é em função das necessidades do paciente que se determinará a maior ou menor extensão da atuação efetiva de cada um dos técnicos.

Assim, em se tratando da participação do assistente social na equipe diagnóstica em psiquiatria infantil, contribui este com o diagnóstico psico-social da família. Este trabalho tem, sinteticamente, os pressupostos, objetivos e procedimentos que a seguir indicamos.

I - Pressupostos

1. - A família é um grupo social primário, de caráter estável, no qual a configuração própria que assumem os diversos enquadramentos, permite a caracterização psico-social das interações grupais particularizadamente em cada caso.

2. - Tudo o que afeta a um membro deste grupo atinge a todo o sistema de interações.
3. - As relações familiares, como afirma ROSS, provêm para a criança o modelo de suas relações com o mundo e as atitudes que a família tem para com ela servem de base para as atitudes da criança para consigo mesma.

II - Objetivos

Com base em tais pressupostos o diagnóstico psico-social da família em psiquiatria infantil (Serviço Social Psiquiátrico e Serviço Social de Família) tem por objetivo :

1. - Estabelecer o quadro da estrutura dinâmica das interações familiares dentro da qual vive a criança;
2. - Estabelecer o quadro das possíveis distorções nos enquadramentos das relações familiares;
3. - Avaliar a extensão dos efeitos da doença da criança na dinâmica das interações familiares;
4. - Avaliar a possível relação das distorções das relações familiares sobre a criança;
5. - Com objetivos já prognósticos avaliar a capacidade do grupo familiar na elaboração sadia dos conflitos grupais e qual o membro mais apto para a ação do assistente social;
6. - Também com fins prognósticos verificar se as alterações do meio ambiente familiar desejáveis para o tratamento da criança podem ser obtidas pelo nível de tratamento que o assistente social pode oferecer, operando no plano dos papéis e funções sociais.

III - Procedimentos

O instrumento do trabalho do assistente social é a entrevista nas mais variadas modalidades que no caso podem ser: com um membro da família - pai ou mãe ou outros, com o casal de

pais, com grupos de pais (casais) ou grupos de mães, com toda a família em visita domiciliar para complementar ou não. Observamos que falamos em grupo mesmo para diagnóstico e não apenas para tratamento.

Os elementos mais significativos para o diagnóstico psico-social da família em Serviço Social são :

1. - Constituição da família, tempo de matrimônio, número e idade dos filhos, nível e posição social (aspectos: econômico, cultural, profissional, etc.)
2. - Desempenho de papéis ou funções sociais dentro do grupo familiar nos diversos enquadramentos. Grau e intensidade de interferências colaterais.
3. - Forças de coesão e desintegração do grupo familiar.
4. - Aspirações familiares. Maneira de elaborar os conflitos grupais.

Entendemos que, em psiquiatria infantil a contribuição mais importante do assistente social na equipe de atendimento faz-se no tratamento, quando se visa modificações significativas de atitudes e comportamentos familiares para com a criança. No diagnóstico, atribuição do psiquiatra como líder da equipe diagnóstica em psiquiatria infantil, a contribuição do assistente social trazendo o diagnóstico psico-social da família, tem mérito econômico e material de confronto com os achados que o psiquiatra e o psicólogo obtêm de seus respectivos exames. Para fins prognósticos já é também maior esta contribuição pois, através de seu diagnóstico o assistente social poderá indicar a medida em que a família oferece condições ou qual o membro adulto da família que oferece melhores condições para modificar o contexto familiar em perspectivas desejáveis para o tratamento da criança."

Até aqui a transcrição do trabalho que oitamos apenas à título de exemplo, num campo bem definido e restrito de aplicação do Serviço Social.

Se o confrontarmos com os fundamentos lançados por Mary Richmond verificamos que não existe oposição fundamental. O que houve, isto sim, foi uma evolução de meio século no qual ciências e prática permitiram maior lucidez e caracterizações mais precisas para a obtenção de um diagnóstico mais claro e seguro em ordem a um trabalho profissional consciente de sua ação e situado na realidade do cliente.

Pois esta, parece-nos foi a preocupação diretriz da autôra do "Diagnóstico Social". Quando mais acima nos referimos a que tanto a escolha do método a empregar (Casos, Grupo, Comunidade) como da especialização a utilizar (Serviço Social de Família, Serviço Social Psiquiátrico, Serviço Social de Empresas, etc.) não são dados à priori, mas dependem de um diagnóstico prévio colocávamo-nos neste perspectiva. Ou seja: o assistente social, como profissional, não é um técnico "instalado" na aplicação exclusiva e cerrada de métodos e especializações, mas necessita definir, portanto diagnosticar, face a cada situação concreta qual o método e qual a perspectiva mais indicada.

Como já o afirmámos também, atualmente, a necessidade de ordenação e distribuição de áreas face ao limite natural da capacitação do assistente social e dos serviços impõe uma definição prévia de métodos e especializações que são oferecidas. Mas isto, em absoluto, significa que, por isso seja o profissional obrigado a aplicá-los indiscriminadamente a todas as situações. Ao contrário o que, então, obriga é à honestidade de só aceitar e atender clientes que possam eficazmente ser tratados através dos métodos e da especialização que temos a oferecer. É esta aliás a função da Triagem.

O Serviço Social de Família, como especialização, implica uma perspectiva de diagnóstico e tratamento da Família to-

mada na unidade de suas interações internas e externas. A dimensão familiar das situações dos clientes tratados através de quaisquer outras especializações exige do assistente social, evidentemente conhecimentos comuns básicos sobre psico-dinâmica e relações familiares mas não significa que o diagnóstico e o foco polarizante do tratamento seja o grupo familiar como tal.

----oOo----

- BIBLIOGRAFIA -

- ACKERMAN, Nathan W., - "Diagnóstico y tratamiento de las relaciones familiares". Ed. Hormé - B. Aires - 1961
- BASTIDE, Roger - "Sociologie des maladies mentales" Flammarion Editeur - 26, rue Racine - Paris - 1965
- BELL, Norman W. and VOGL, Ezra F., - "The Family" - a modern introduction to, - The Free Press of Glencoe, Illinois USA - 1960
- BELTRÃO, Pedro Calderon, S.J. - "Família e Política Social" Ed. Agir - Rio - 1962
- BEUTNER, Karl R. y HALE, Nathan - "Guía para la familia del enfermo mental". Ed. Hormé - B. Aires - 1964
- BÜHLER, Charlotte - "El niño y su familia" (Técnica de exploración familiar) Ed. Paidós - B. Aires, 1955
- CHANCE, Erika - "Families in treatment" Basic Books Inc. N.York - 1959
- COALE, Ansley e outros - "Aspects of the analysis of family structure". Princeton, N. Jersey USA - 1965
- CUMMINGS, S. Thomas e outros - "Effects of the child's deficiency on the mother: a study of mothers of mentally retarded, chronically ill and neurotic children". American Journal of orthopsychiatry - Vol. XXXVI, n.º. 4 - July 1966

ESCARDÓ, P.,
 FLÜGEL, J.C.
 GOODE, William-Editor
 GOODE, William
 GROTJAHN, Martin
 ELKIN, Frederick
 HUNNYBUN, Noel K.
 LACHOIX, Jean
 LAUWE, Paul-Henri e Marie José Chombaré de,
 LEWIN, Kurt, e outros
 MANNONI, Maud,
 POROT, M.,
 RODMAN, Hyman, -editor
 ROSS, Alan,
 TASHMAN, Harry S.,
 VOILAND, Alice,
 WINN, Ralph B. y otros

- "Anatomia de la familia"
Ed. Paidós - B. Aires-4ª.ed.1962
- "Psicoanalisis de la familia"
Ed. Paidós B. Aires - 1952
- "Readings on the Family and Society"
Columbia University - 1964
- "The Family"
Prentice Hall Inc.-N.Jersey USA-1965
- "Psicoanalisis y neurosis de la familia"
Ed. Zeus - Barcelona - 1962
- "The Child and Society"
Randon House - N.York-USA - 1965
- "The use of the relationship in case-work with parents"
Tavistock Clinic - London
- "Fôrça e fraquezas da familia"
Livraria Moraes Editora-Lisboa 1959
- "A evolução contemporânea da família -
lia: estruturas, funções, necessidades"
- "El niño y su ambiente"
Ed. Paidós, 1965
- "A criança atrasada e a mãe"
Livraria Moraes editora - 1965
- "La Familia y el Niño"
Luis Miracle Editor-Barcelona-1965
- "Marriage, family and society"
Randon House-N.York-USA 1965
- "The exceptional child in the family"
Grune & Stratton-N.York-London-1964
- "La Familia neurotica de nuestro tiempo"
(Un incursión al psicoanalisis)
Ed. Psique - B. Aires- 1962
- "Family casework diagnosis"
Columbia University Press.N.York London - 1962
- "El desarrollo y la educación del niño"
Ed. Paidós - B. Aires - 1966

WINNICOTT, D.W.,

WINNICOTT., D.W.,

YOUNGHUSBAND, Eileen,

I.S.T.D. Publications

CODICOTE Press

1959, biennial meeting

- "The Child, the family and the outside world"
Penguin Books - 1965
- "The family and individual development"
Tavistock Publications-London-1965
- "Social Work with families"
George Allen & Unwin Ltd. London 1965
- "The problem family"
Family Discussion Bureau
- "The marital relationship as a focus for casework"
Meeting 1962 - Tavistock Clinic
- "The significance of the father"
The Family Association of America USA

CATOLICA
 CRC-W · CATOLICA RESEARCH CENTRE FOR
 PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELLBEING

A PROPÓSITO DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
.....

As. Fam. Maria Margarida de Abreu
Teixeira da Costa

Para entender bem o Serviço Social é preciso pensá-lo em termos de movimento. Trata-se de uma profissão ainda muito nova que se vem definindo através de interpretações diversas de si mesma e cujas potencialidades se alargam, porventura, para além da sua prática habitual.

Porém uma visão de conjunto da evolução do Serviço Social é difícil. Os diferentes contextos culturais e sócio-económicos em que se foi desenvolvendo fizeram com que crescesse abrindo-se aos valores próprios de cada país ou região e que fosse integrando gradualmente recursos técnicos e científicos diversos. Por outro lado, não se possui ainda um estudo suficiente da história do Serviço Social nem o seu tempo de existência deixa que se tenha já perspectiva que baste para uma síntese nesta matéria.

Como quer que seja, creio que são possíveis algumas reflexões sobre o desenvolvimento da experiência profissional e que elas ajudam a melhor compreender por dentro a sua realidade de hoje, desde que se guarde a consciência dos limites em que se enquadram.

A celebração do cinquentenário da publicação do "Diagnóstico Social" de Mary Richmond constitui um pretexto que me é grato para que tente apontar alguns aspectos gerais da evolução do Serviço Social, tal como dela me tem sido dado apereber-me, aspectos que me parece poderem ter algum interesse para a própria compreensão do Serviço Social português.



CATÓLICA

CRC-W · CATHOLICA RESEARCH CENTRE
PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELL-BEING

LISBOA

Creio que, deixadas de lado diferenças de por-
menor, na evolução do Serviço Social se podem distinguir três
grandes fases.

Estas fases não correspondem a períodos níti-
dos e bem demarcados, acabando um quando outro começa. Nem se
quer encerram nos diferentes países conteúdos sempre compará-
veis. De algum modo poderia até dizer-se que elas coexistem na
sua diferenciação ainda hoje, incarnadas em assistentes sociais
que se fazem delas mesmas e da sua função uma imagem próxima da
que caracteriza um dado momento da história do Serviço So-
cial.

Cada um destes períodos pode, talvez descre-
ver-se a partir da concepção que se foi tendo do papel do Servi-
ço Social, do método que os assistentes sociais utilizaram e
das perspectivas profissionais que se foram abrindo.

No que se refere ao tempo talvez possa conside-
rar-se, ao menos para a Europa e talvez para o Brasil, que a
primeira fase vai das origens ao período da segunda guerra.
A segunda situar-se-ia entre 40/50 e 54/60. A terceira corres-
ponderia à fase actual.

Períodos com características relativamente pró-
ximas das que vou apontar para estes registam-se noutros países
- penso sobretudo nos Estados Unidos - em datas diferentes.

Poderá talvez dizer-se que faço aqui uma disti-
ção muito arbitrária entre tempos no decorrer dos quais os as-
sistentes sociais vão agir de maneiras bem diferentes, em face
de problemas realmente diversos. E creio que isto é pertinente.

No entanto, parece-me também que, nos três as-
pectos que escolhi para os definir se mantêm ao longo destes pe-
ríodos certas tendências predominantes de forma mais ou menos
permanente e unificante. Talvez mesmo possa dizer-se que no

primeiro tempo é possível verificar uma certa coincidência no
tipo de problemas que ao Serviço Social se põem e na maneira co-
mo este vai abordá-los. É no pós guerra que se vão introdu-
zir diferenciações substanciais nos dois aspectos em virtude de
circunstâncias próprias de cada país, diferenciações que talvez
tendam hoje a transcender-se numa síntese que integre simultâ-
neamente elementos universais e perspectivas situadas.

1.º Período

APARECIMENTO DO S.S.

- Tal como hoje o concebemos - e deixando pa-
ra trás um período muito longo de experiências fecundas no cam-
po do auxílio a outrém que directa ou indirectamente lhe provoe-
caram o aparecimento - o Serviço Social começou quando alguns
formadores sociais se deram conta de que para aliviar a miséria
dos homens não bastava dar esmola. Nem sequer modificar as con-
dições materiais de existência dos indivíduos e das famílias,
ou mesmo dos diferentes meios.

Dois grandes orientações marcam o início do
Serviço Social : por um lado, a compreensão de que há uma rela-
ção profunda entre os indivíduos e o meio em que vivem, tanto o
nível da situação como da "mentalidade" e que essa relação deve
ser objecto de estudo e de trabalho de quem queira ajudar as
pessoas e as populações; por outro, uma preocupação cada vez
mais intensa em atender à subjectividade da pessoa a ajudar e
de não intervir apenas ao nível da sua situação.

O que caracte-
riza os pio-
neiros do S.S.

O que caracteriza os pioneiros do Serviço So-
cial é terem procurado, se bem que por caminhos diversos e até
servindo-se de meios diferentes, compreender as situações indi-
viduais considerando as pessoas vitalmente integradas num meio

social e em relação umas com as outras. Esforçaram-se eles não só por aliviar a miséria das famílias e libertar as pessoas do domínio das circunstâncias sociais, como por estudar os meios e procurar modificar neles os "quadros" ou os factores que se apresentassem como obstáculo a uma existência humana digna e livre.

Para isso não só procuraram corrigir desajustamentos como cada vez mais influenciados pela realidade social que a experiência lhes revelava, se orientaram nitidamente numa linha de acção social, tentando modificar a mentalidade e a maneira de agir dos responsáveis em relação aos problemas sociais e obter legislação que garantisse condições de justiça para todos.

Porém, nesta primeira fase, é muito predominantemente ao nível das situações individuais que o Serviço Social como tal vai intervir. As transformações de meio são mais episódicas do que o resultado de uma acção responsável e sistematicamente desenvolvida pelos trabalhadores sociais e visam, em geral, o meio restricto, sobretudo o meio familiar ou o das relações imediatas dos indivíduos e das famílias.

A acção dos pioneiros do Serviço Social, qual quer que tenha sido a forma que revestiu nos diferentes países, procurava basear-se, por um lado, no estudo das causas de indigência e dos outros flagelos sociais, por outro, na atenção dada aos indivíduos que lhes sofrem as consequências. Na prática, porém, fundava-se, o que de resto se compreende facilmente, num conhecimento bastante fragmentário das "causas" com predomínio da consideração das causas exteriores.

Por outro lado, uma evolução na mentalidade geral, a própria circunstância social da época e a experiência nas das trabalhadoras sociais, levava-as ao agir a uma forte preocupação com as pessoas; a uma maior atenção e a um maior respeito do valor e da liberdade pessoal; a uma compreensão mais funda da importância dos factores pessoais na constituição das situações humanas.

Mas, às pessoas, mal sabiam servir profissionalmente - a não ser através das coisas ou de uma influência pessoal persuasiva de intenção sobretudo moralizante.

LINHAS DE ACTUAÇÃO

ENFOQUE NAS SITUAÇÕES INDIVIDUAIS

EX QUE SE BUSCA A SUA ACTUAÇÃO

Técnicas para a prática

RAZÕES QUE LEVAM A UM ENFOQUE SOCIAL A PESSOA

De um tempo em que a beneficência organizada se preocupava mais de dar esmolas ou de criar bens económicos de qualquer ordem para dar não importava a quem em necessidade, passava-se à preocupação de encontrar as coisas que faziam falta àquelas pessoas, àquela pessoa. Mas a ela mesma, na sua dimensão pessoal, não se sabia ainda bem como ajudar, talvez mesmo não se pensasse em ajudar noutra perspectiva que não fosse a de conseguir que tivesse comportamentos morais correspondendo a padrões socialmente aceites.

A primeira forma de proceder do Serviço Social revela, assim, uma tendência predominantemente atenta aos aspectos sociológicos e sociais das situações humanas; o trabalhador social actua sobre o meio, sobre os factores externos do comportamento do indivíduo. Procura para o seu cliente dinheiro, roupas, víveres, uma habitação, um trabalho, presta-lhe serviços concretos e espera dele comportamentos sãos, cuidando pouco de lhe conhecer os sentimentos ou as reacções. É deixado ao discernimento de cada assistente agir com tacto, confiando-se em que uma intuição psicológica inata lhe permita envolver de humanidade um auxílio essencialmente social e exterior.

A função do trabalhador social consiste em remediar as dificuldades de ordem social que se apresentam aos indivíduos e em diminuir, em consequência, as pressões que o meio exerce sobre eles. A sua divisa é "acção". Cabe-lhe prestar serviços ao cliente e assegurar-se de que, em todos os domínios ele beneficia de todos os recursos que a comunidade pode pôr à sua disposição. Quando se executa todo um programa de melhoria nas condições de vida pela utilização da totalidade dos recursos disponíveis o "caso" considera-se resolvido.

O campo de acção do trabalhador social é o do âmbito dos serviços concretos a prestar ao cliente e ao seu grupo familiar. Muitas vezes o valor do trabalho avalia-se pela quantidade de informações que um trabalhador social pode reunir sobre

uma situação individual, pelo número das suas intervenções, pela sua capacidade de persuadir o cliente a tomar decisões e a efectuar gestos que possam considerar-se acertados.

Nesta fase o assistente social é essencialmente um enviado de um sector da comunidade para ajudar o indivíduo, de caído ou desadaptado, para o fazer beneficiar de todas as vantagens jurídicas, económicas, sanitárias e outras que a sociedade põe à sua disposição. Informa-o, possibilita-lhe o acesso às facilidades que o meio e os serviços lhe oferecem, e procura exercer sobre ele uma acção educativa baseada na capacidade de irradiação e influência pessoal.

A prestação do Serviço Social vai aparecer - nos neste primeiro momento, directamente ligada a iniciativas de entidades que se consideravam como partilhando uma responsabilidade colectiva em relação ao sofrimento e à miséria de massas consideráveis de indivíduos, particularmente da chamada classe operária e da camada economicamente mais débil dos meios urbanos.

A industrialização e a urbanização tinham trazido consequências sócio-económicas dolorosas e muito evidentes e os membros mais enriquecidos das comunidades foram levados a empreender um duplo esforço : um esforço de bem-fazer que se traduziu na criação de um grande número de obras e associações de beneficência; um esforço no sentido de uma acção patronal em benefício dos operários e assalariados. O primeiro tinha como base o sentido de entre-ajuda, o segundo fundava-se no princípio de que o patrão, em contrapartida da autoridade que exerce e dos benefícios que recebe do trabalho alheio, tem uma obrigação de tutela, de protecção dos seus empregados.

Até há pouco a economia era de base familiar. Na empresa agrícola ou artesanal o chefe de família é simultaneamente o conductor da produção e assume responsabilidades duplas:

FAPUL Du
Ass. Social



CATOLICA
CATHOLICA RESEARCH CENTRE FOR
PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELLBEING

técnicas e económicas, por um lado, familiares e sociais, por outro. Quando a grande indústria dissocia as funções de chefe de família e de chefe de empresa parece normal que o chefe da empresa assumia ao menos uma parte das antigas responsabilidades parentais e se comporte em relação aos seus empregados como um pai de família.

Daqui todo um conjunto de relações a realizações por vezes muito consideráveis, que se traduziram em actividades sociais de empresa, imbuídas de paternalismo e tendendo a exprimir-se na forma de ajuda material ou moral.

É sobretudo ao nível destas realizações como das associações de beneficência que vai definir-se a função do trabalhador social nos termos que já apontei. Ao lado destas aparecem também alguns serviços de saúde ou ligados aos tribunais, a pedir prestação do Serviço Social, mas o seu número é insuficiente para exercer uma influência decisiva no Serviço social, excepção feita talvez para o caso da França.

QUANTO AO MÉTODO PROFISSIONAL

- Quanto ao método profissional característico desta primeira fase, apenas aparece formulado naquilo que diz respeito ao trabalho dos casos individuais, embora a própria Mary Richmond (a trabalhadora social que escreveu o primeiro estudo verdadeiramente significativo sobre metodologia do Serviço Social e cujo pensamento domina a orientação técnica do trabalho social neste período) tenha afirmado que "por mais larga que seja a nossa definição do Serviço Social de casos, esta não será nunca mais que fragmentário se o compararmos do conjunto do Serviço Social, do qual ele não forma senão uma parte". (1)

(1) Mary Richmond - "LES METHODES NOUVELLES D'ASSISTANCE", pg.114.

não tinha ainda sido descrito nem analisado de forma a permitir conclusões generalizadas e sistemáticas.

O estudo de trabalhos diversos da época e de alguns relatos de caso que nos ficaram na literatura do tempo, leva-nos a concluir que, na acção, as trabalhadoras sociais desenvolviam certos princípios, atitudes e preocupações de forma constante, embora elas não apareçam sistematicamente referidas nos escritos de carácter metodológico. Essas atitudes eram em si mesmas tão importantes que vieram mais tarde a ser integradas no próprio método profissional, depois de suficientemente elaboradas e organizadas.

Assim, podemos definir como preocupações da classe nesta época :

- ① - a compreensão da individualidade e das características pessoais do cliente como determinantes de um "caso" (1);
- ② - a consideração em todos os casos de interdependência indivíduo-meio, quer na fase de estudo, quer na de diagnóstico, quer na de tratamento;
- ③ - a possibilidade de ser controladamente utilizada a "acção directa" de "mentalidade" da assistente social sobre o cliente;
- ④ - a possibilidade de "acção indirecta" exercida pelo meio social sobre o cliente e a sua situação como elemento susceptível de ser usado pela trabalhadora social com fins de tratamento;

(1) Por "caso" deve entender-se sempre uma situação e não uma pessoa.

- ⑤ - o direito inalienável da pessoa à auto-determinação, donde se faz decorrer em grande parte o "princípio da auto-ajuda."
- ⑥ - a preocupação de obter a participação do cliente no tratamento.

QUANTO ÀS PROFISSIONAIS

- No que se refere a perspectivas profissionais a essência da função da trabalhadora social está, nesta época, confundida com a própria pessoa da assistente e nasce das necessidades imediatas. Isto significa que durante este período, o papel das trabalhadoras sociais não está ainda claramente expresso. Os próprios organismos sociais vivem ainda numa fase de tentativa. Procuram-se um ritmo e um método para a acção e é a assistente que deve, por si própria, buscar o seu caminho. É ela quem vai procurar definir o seu lugar, determinar o seu campo de acção e elaborar o seu método pessoal de agir, dentro de grandes linhas ainda insuficientemente explícitas. A ignorância geral, o número relativamente diminuto de trabalhadoras sociais e de serviços vão deixar-lhe uma grande margem de liberdade, privando-a, ao mesmo tempo, de qualquer directriz, de qualquer apoio, muitas vezes de um ponto de comparação.

Assim, a tarefa que cumpre a trabalhadora social vai ser, em cada caso, fortemente influenciada pela personalidade (no sentido de individualidade) de cada assistente.

Na medida em que ela é uma "personalidade forte," a definição que dá de assistente social, incarnando-a mais do que formulando-a, toma o geito de um testemunho irradiante que tende a aparecer como uma imagem directriz, um exemplo a imitar.

Quando a trabalhadora social possui apenas qualidades pessoais ou de acção de nível médio tem tendência a conceber o seu papel em relação a um ideal que vê incarnado noutras.

Posição
DA A.S.
NESTA FASE

CATÓLICA

CRC-W. CATOLICA RESEARCH CENTRE FOR
PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELFARE

LISBOA

Mas, não tendo muitas vezes integrado bem na sua própria actua-
 ção aquilo que é o pensamento e a atitude de outrém, não chega
 a exprimi-lo senão confusamente, sobretudo quando se trata de
 fazer compreender às demais assistentes sociais, ou a quaisquer
 outras pessoas, o que é e o que faz. A atitude profissional que
lhe é proposta é a de uma personalidade e o que se espera das
assistentes é fundamentalmente imaginação, capacidade de inven-
tar e criar soluções, intuição para entender ou pressentir cau-
sas e atitudes, qualidades que sublinham o individualismo na pro-
fissão.

No domínio comum o que salta é uma certa incoor-
 sistência, uma inexistência de fundamentos objectivos que é nor-
 mal numa profissão recém-formada e ainda mal assumida, até por-
 que às vezes mal percebida e aceite.

Sobre alicerces vagos do ponto de vista metodo-
 lógico que a caridade particular e a assistência pública tinham
 esboçado, o Serviço Social começa a estruturar-se, na base da
acção individual, numa liberdade de agir que nos é hoje quase im-
possível imaginar.

As trabalhadoras sociais encontram-se em fase
 de um mínimo de legislação, de uma população francamente depen-
 dente do ponto de vista social, com pouca consciência de ter di-
 reitos fundamentais, que espera tudo do Serviço Social, mais pró-
 priamente das assistentes.

Estas, por sua vez, não alguém que concebe o
 seu trabalho como uma missão, por vezes como um apostolado, e que
 a ele se entregam no dom inteiro de si mesmas.

Apesar de todos os esforços de sistematização de
 um método racional de trabalho por esta altura levados a cabo,
 permanecia nesta fase o sentir de que a actuação profissional
 é qualquer coisa de indissolúvelmente ligado à personalidade e

à irradiação pessoal da assistente. (Entende-se que se fala aqui
 num sentido completamente diferente daquele em que faríamos hoje
 uma afirmação desse género).

A imagem da assistente social guardava, desta
 forma, qualquer coisa de único e cada assistente social era,
 certo modo, uma profissional isolada nas suas capacidades indi-
 viduais. O próprio Serviço onde trabalha é para ela apenas um
ponto de apoio, por assim dizer um como que espaço que lhe é fa-
cultado para que nele exerça a sua acção profissional.

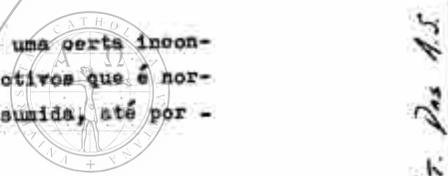
Deste modo, o conjunto das assistentes sociais
 isoladas, quase por definição, permanece muito tempo como um
 corpo informe, se o considerarmos na perspectiva que é a pró-
 pria de um corpo profissional, embora fortemente unido na cons-
ciência de um ideal comum e da importância de uma tarefa imensa
a realizar.

CONCLUSÃO

Por tudo o que fica dito gera-se nesta fase uma
 concepção do Serviço Social em termos de "arte" sobretudo. Mas,
 na sua indefinição a profissão vai ser bem aceite pela sociedade
 que vê nela uma concretização da generosidade e do bem fazer,
 possível de identificar com o desejo de ajudar das próprias pes-
 soas e das próprias comunidades. Se a função e a forma de actuar
do Serviço Social não são percebidas ou são mesmo mal entendidas,
o espírito que o orienta, a missão que se lhe atribue encontra
um eco fácil nos corações e nas preocupações dos diferentes gru-
pos sociais,

E a sua acção, torna-se, no geral, facilmente acei-
 te e motivo de esperança social, por vezes utópicas e insustentá-
 vel.

E é assim que se chega ao segundo período.



CATOLICA
 PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELL-BEING

O que
 SE ESTEIRA
 DAS A.S.

Sit. Das A.S. Face A.
 Serviço e Ao Centro
 Profissional

DIRECÇÃO
 EM QUE SE
 ESTRUTURAM
 O S.S.

PROJ. COM
 QUE AS A.S.
 TEM DE CONTAR

FORMA COM
 ENCAM. A
 PROFISSÃO

2º. Período

PAPEL DO S.S.

- A emergência e a evolução desta segunda período resulta, parece-me, sobretudo da conjugação de três factores fundamentais: a transformação de alguns elementos de ordem social, o desenvolvimento das ciências humanas e o dinamismo intrínseco do próprio Serviço Social.

Novas condições de vida trazidas pela guerra e tensões muito fortes vieram dar origem a uma intervenção cada vez mais vasta dos Estados no domínio social. Novos direitos sociais são proclamados, paralelamente a direitos civis e políticos já adquiridos e vão traduzir-se numa legislação e numa estruturação orgânica de funções sociais, em Serviços complexos e muito numerosos. Um vasto movimento social que inicialmente se tinha dirigido apenas para as classes menos evoluídas da população tende a estender-se e a concretizar-se rapidamente em medidas que se orientam para a população inteira de um país.

Ao mesmo tempo a acção social revela uma preocupação de não só vir em auxílio das necessidades mas também de realizar um equilíbrio satisfatório entre as necessidades de ordem vária das pessoas e das famílias e os recursos sociais cada vez mais vastos. Encaminha-se para linhas de promoção mais do que para atitudes curativas.

Para além disto as assistentes sociais vão ser chamadas a dar respostas a novos problemas de desadaptação individual ou colectiva, nascidos de alterações de toda a ordem que surgem de maneira demasiado rápida na vida dos países.

E, por outro lado, a actuação tradicional junto dos indivíduos e das famílias torna-se cada vez mais insuficiente para abordar problemas colectivos de gravidade crescente.

Em síntese, as assistentes sociais são, por todas as formas colocadas em face da dimensão social dos problemas e das situações e acham-se em frente de "quadros sociais" que lhes são impostos do exterior e nos quais se vai doravante desenvolver a sua acção, sem que para isso estivessem preparadas na maior parte dos casos.

Tributários de um certo paternalismo, habituados a olhar a dimensão individual de situações humanas e vivendo ainda muito intensamente a perspectiva de uma vocação que implica a gratuidade do dom de si aos outros, as assistentes não estavam em condições de compreender facilmente o valor do conjunto das leis sociais que conferiam aos seus clientes direitos onde eles mesmos viam ainda a concessão de privilégios nem de encontrar o seu lugar no âmbito de programas e regulamentos exteriores à profissão. E muito menos de integrarem tudo isto no conceito que se faziam do Serviço Social.

A prática do Serviço Social tinha-se até então colocado num clima profissional de espontaneidade e de generosidade, numa acção junto de indivíduos e das famílias. Agora a função que lhes é atribuída aparece-lhes como impessoal e definida do exterior por textos, regulamentos, estruturas, impondo-lhes normas mais ou menos rígidas a significar medidas de ordem geral. A essência do Serviço Social é tido ainda por alguns como incommunicável, porventura como inexprimível, como qualquer coisa de essencialmente ligada à criação pessoal e ficada, por isso, incapazes de se definir a si mesmos como profissionais no novo contexto, de encontrar os métodos e as técnicas que as circunstâncias reclamam. Assim, perdidos muitas vezes numa ambivalência dolorosa entre conformar-se passivamente aos dados e à nostalgia de um trabalho criador, essencialmente educativo, que inicialmente os atraía, tomam muitas vezes uma atitude defensiva em ordem a uma profissão de que sentem a fragilidade e de que perderam, em grande parte as pistas. Muitos assistentes sociais vão escolher a posição de ficar de fora e tor

nam-se executantes de tarefas que lhes são propostas por outros; outros vão teimosamente insistir no trabalho de casos como defesa última que lhes resta para garantir os seus métodos e tentam definir por aí o papel que à profissão cumpre; outros ainda vão lançar-se em experiências novas, sobretudo no trabalho de educação e recreio, procurando fora das prestações tradicionais do Serviço Social novas linhas de trabalho e novas formas de ajuda. Mas o clima de insegurança é geral. Os assistentes sentem-se muitas vezes diminuídos em face de si mesmos e dos outros profissionais e insuficientemente preparados para uma função que nem sempre encontram. Mal informados sobre uma evolução das estruturas e da vida social que se vai fazendo sem eles ou ao seu lado, insuficientemente capazes de prevenir ou remediar as consequências da mudança social, não dispõem de meios bastante eficazes nem de métodos profissionais adequados às circunstâncias, treinados para o trabalho individual mas sem processos para abordar grupos; obrigados a confrontar-se com outros profissionais que vão surgindo no campo social e cujas funções são ainda igualmente imprecisas, os trabalhadores sociais na generalidade correm o risco de se fecharem em tarefas secundárias, paliativas, ineficazes e insatisfatórias para eles como para a comunidade.

Em muitos casos, na falta de personalidades criadoras e capazes de guardarem para além de tudo a confiança e o entusiasmo das primeiras horas em frente de problemas demasiado grandes, o Serviço Social como conjunto tende a aproximar-se de uma crise. Até porque os métodos de diagnóstico utilizados e a atitude paternalista apesar de tudo mantida, revelam verdadeiros inconvenientes. O cliente que se pretende ajudar torna-se em grande número de casos, um perpétuo dependente. E os Serviços vêm sempre a mesmas pessoas às suas portas. Quanto mais a ajuda se multiplica mais se insere no psiquismo do cliente a atitude de infantilidade e dependência. Na medida em que a sociedade se torna mais activa e mais generosa em relação a eles as pessoas, particularmente as mais decaídas, tendem a deixar diminuir o seu espírito de iniciativa e responsabilidade e a recorrer cada vez mais ao assistente social.

* E na organização e coordenação das obras sociais.

Perante tudo isto o Serviço Social perde grande parte do seu dinamismo primeiro, "funcionaliza-se", revolta-se e tende a procurar fora de si - na situação geral ou nas atitudes dos responsáveis - as causas da sua insuficiência.

Entre os assistentes sociais cria-se facilmente um certo sentido de isolamento, de perda e tensão - principalmente entre grupos e sobretudo entre os mais novos e os mais velhos - que dificultam um encontro e uma troca de experiências indispensável nesta fase mais do que em nenhuma outra. Só eles seriam capazes de garantir a criação ou a manutenção de um espírito de corpo e o aprofundamento urgentemente requerido dos processos de trabalho. Só em conjunto os assistentes sociais poderiam fazer face à situação profissional mas o diálogo e o trabalho em comum aparecem-lhes muitas vezes como difíceis, quase como impossíveis.

Porém, ao mesmo tempo que isto se dá, as ciências sociais e humanas evoluem rapidamente, possibilitando um conhecimento e uma compreensão dos fenómenos sociais e dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos a que o Serviço Social não vai ficar alheio.

Aproximando-se das ciências sociológicas e psicológicas em particular e dos métodos de agir daqueles que as aplicam praticamente, o Serviço Social vai dar-se conta de factores dinâmicos na vida dos indivíduos e dos grupos que o tornam capaz de modificar sensivelmente a percepção que tinha de si e das soluções que procura. E começa a conhecer-se em termos diferentes.

Isoladamente ou por grupos os assistentes sociais vão fazer caminho nesta tentativa de integração das conclusões das ciências no seu próprio método. E porque ao interroga-

rem as ciências, é a psicologia e a psicanálise sobretudo que encontram mais elaboradas e sistematizadas, vão tender a constituir um método de Serviço Social de fundamento essencialmente psicológico.

As descobertas da psicologia em geral e o progresso das teorias psicanalíticas e da psicologia dinâmica em particular, vão revelar aos assistentes sociais a influência que as tensões interiores do indivíduo exercem sobre o comportamento humano. Levados por esta perspectiva nova e pelo êxito do trabalho dos psicanalistas sobretudo, nalgumas das situações individuais que mais os preocupam, os assistentes sociais chegam a conceber a sua função como de essência puramente psicológica e a professar um completo desdém por toda a intervenção de carácter concreto e material. Os problemas psicológicos de que tendem a apossar-se com a avidéz própria da insegurança que traziam consigo, são tratados com uma certa exaltação desajeitada. Da mesma forma que a trabalhadora social precedente manipulava o meio dos seus clientes e procurava exercer sobre eles a "influência tónicos" já atrás referida através de processos de persuasão baseados na "acção pessoal", este vai tentar agir sobre as diagnoses psicológicas.

Como sempre, diante de resultados negativos experienciados com angústia opera-se uma reviravolta pouco serena e vemos os assistentes sociais passarem de uma atitude de intervencionismo persuasivo a uma passividade que tende a absolutizar-se: o assistente social vai limitar-se, em muitos casos, a ver agir o seu cliente. A esta tendência vão alguns assistentes sociais, na Europa sobretudo, opôr forte resistência, recusando, por vezes a priori, qualquer osminho nesta linha. Procuram estes: uns, a solução dos seus problemas no regresso e no desenvolvimento do processo de diagnóstico que tendem a transformar, tentando adaptá-lo a especializações diferenciadas do trabalho social; outros, na sequência da intervenção habitual nas situações e conscientes de que já não basta actuar ao nível dos indivíduos

e das famílias, lançar-se no trabalho com grupos, sobretudo na linha da educação, e na reforma social.

É curioso porém notar que, enquanto no primeiro caso e embora com riscos e, por vezes, desequilibradamente, o Serviço Social tende a manter-se e a definir-se cada vez mais como uma actividade autónoma, com processos próprios, no segundo vê-mo-lo tornar-se rapidamente uma forma de intervir complementar ou subsidiária de outras, vivendo sobretudo no espaço de uma actuação de carácter sanitário, assistencial, educativo ou de segurança social.

Como quer que seja os assistentes sociais descobrem neste período algumas verdades fundamentais que os ajudam a compreender melhor a sua função e a abrirem-se a novas dimensões.

Assim, o Serviço Social passa a ser entendido, de modo mais ou menos generalizado, como uma forma de actuação social que visa comprometer o mais profundamente que for possível, os interessados no próprio processo do seu ajustamento ou promoção e perde, em grande parte, o carácter paternalista.

Ao fazê-lo vai passar a utilizar processos próprios psicologicamente fundamentados e tènicamente elaborados. Vai, sobretudo, encontrar uma possibilidade de delimitar e desenvolver muito mais claramente o tipo de relação humana que o define e de se aperceber dos valores próprios dessa relação.

Nesta fase a iniciativa da prestação do Serviço Social desloca-se. Duas entidades a assumem, sobretudo, neste período: o Estado e os próprios interessados.

A evolução social levava à criação de grandes

serviços públicos, à procura de programas nacionais de protecção e segurança social que só o Estado pode garantir. E o Serviço Social como tal encontra lugar nestes programas, ao mesmo tempo que os assistentes sociais vão ser chamados a assumir funções técnicas nos diferentes Serviços, funções que umas vezes são as próprias da profissão, outras não.

Por outro lado, dois factores contribuem cada vez mais para estimular a iniciativa dos directos interessados no desenvolvimento do Serviço Social. Da própria preocupação metodológica de comprometer cada vez mais o cliente no processo de ajuda, da quantidade e a dimensão dos problemas sociais com que os assistentes sociais trabalham que ultrapassem completamente os recursos disponíveis obrigam a tentar substituir soluções criadas na base de grandes serviços ou medidas de âmbito vasto, por realizações locais, por vezes micro-realizações.

Ainda a necessidade perceptível na acção de encontrar formas de trabalho que permitam coordenar a acção de vários serviços e obras existentes em ordem a uma acção conjugada le va, muitas vezes, à melhoria e ao estímulo da iniciativa privada e ao reconhecimento do seu valor no conjunto da acção social.

Talvez possa ainda dizer-se que outros elementos, de ordem diversa, foram confluindo neste sentido; o desenvolvimento de uma concepção do homem cada vez mais atenta a sua dimensão social e fazendo apelo a responsabilidade social das indivíduos e dos grupos; uma situação sócio-económica difícil reclamando, sobretudo nos países menos desenvolvidos, uma conjugação de todos os esforços e métodos que valorizem todas as potencialidades sociais; a contribuição da sociologia como elemento de descrição e compreensão do fenómeno social e a influência da própria psicologia chamando a atenção para a importância da relação social no desenvolvimento individual e dos grupos.

Assim, o Serviço Social transcende nesta fase o âmbito dos serviços de beneficência ou de carácter assistencial no sentido mais largo do termo, e entra em todos os domínios do bem-estar enquadrando-se quer em programas públicos quer em iniciativas privadas que muitas vezes desencadeia pelos seus próprios processos de agir.

E aqui vão surgir novos problemas de método, novas interrogações no que respeita ao ponto de vista que será o próprio do Serviço Social e às concreções a que ele dará origem.

Como perspectivas, ou melhor, como formas básicas através das quais ele vai inserir-se na vida social, definem-se nesta fase essencialmente duas. Numa delas o Serviço Social dá-se-nos como actividade independente, agindo em nome próprio, com finalidade autónoma e visando o auxílio aos indivíduos e aos grupos nas suas necessidades e aspirações susceptíveis de resposta a nível social e à sua melhor integração na vida comunitária. Na outra, encontramos-lo inserido em estruturas de fins mais amplos - empresas, hospitais, cadeias, serviços de segurança, etc, - tendo como finalidade última a realização da política da estrutura e como finalidade imediata a própria do Serviço Social.

Por tudo isto e porque não é já só o indivíduo que o preocupa, a acção do Serviço Social vai ser entendida neste período como devendo orientar-se em duas grandes linhas (e nisto ainda se mantém fiel às concepções iniciais) um trabalho directo junto das pessoas consideradas individualmente, dos grupos, das comunidades; uma acção nas estruturas e nas reformas sociais.

Nesta fase admite-se geralmente que o Serviço

Social se interesse pelas relações sociais, mais precisamente pelo relacionamento dos indivíduos e dos grupos entre si e com o seu meio. E, de modo especial, pelos desequilíbrios, tensões e desajustamentos que podem nascer dessa relação e conduzir a perturbações no funcionamento da vida social.

A função do Serviço Social precia-se e vai revestir essencialmente dois aspectos: a mediação entre as pessoas e as estruturas sociais representativas do seu meio em ordem ao ajustamento recíproco e a ligação dos homens entre si tendo em vista um relacionamento social equilibrado e eficaz.

Assim, parece-me que o Serviço Social vai, ao menos de certo ponto de vista, definir por forma nova o seu objecto e assumir em face da realidade perspectivas um pouco diversas das anteriores.

Vai atribuir-se como seu objecto último e na linha da tradição: primariamente a pessoa humana (considerada em si mesma e integrada numa comunidade onde exerce funções e ocupa posições), secundariamente o meio social (na sua relação com os indivíduos e os grupos). E como objecto imediato vai tomar as relações que existem entre os indivíduos ou os diferentes grupos e a sua situação.

MÉTODO

- Quanto ao método profissional é nesta segunda fase que se dá, talvez, a sua maior evolução.

Não é fácil ver com clareza como foi feita e penso que não pode generalizar-se nenhuma afirmação neste capítulo. Cada país foi fazendo o seu caminho num ritmo próprio, numa abertura ou numa ignorância, quase hostil nalguns casos, do

processo de desenvolvimento do Serviço Social que noutros se dava. E as diferenças entre a Europa e a América, para não falar doutros continentes cuja experiência é mais recente, não permitem uma aproximação fácil.

Como quer que seja penso que pode dizer-se que nesta fase vai sobretudo dar-se uma influência da experiência americana, principalmente da experiência dos E.U. nos outros países, quer da Europa, quer da América, e que vai tender-se a uma expansão do Serviço Social em moldes americanos. De tal modo isto parece real que talvez pudesse ser exagero dizer-se que, falar do desenvolvimento dos métodos do Serviço Social neste período é o mesmo que falar do seu desenvolvimento nos E.U. e na maneira como os outros países foram reagindo à influência que de lá lhes veio.

Não quero com isto dizer que nos países da Europa ou outros não houvesse evolução própria, no campo da metodologia, mas apenas que aqui o caminho foi mais tradicional, mais lento e constituiu muito menor objecto de investigação e elaboração teórica. O que de verdadeiramente original e significativo me deu neste campo, creio, teve origem nos E.U. ou resultou mais ou menos directamente da influência deste país.

Pode talvez dizer-se que quatro grandes linhas foram determinando toda a prática profissional neste tempo: a atenção dada à relação que se estabelece entre o assistente e o cliente, a consideração da subjectividade do cliente como elemento decisivo em toda a ajuda, a consideração dos grupos como elementos do Serviço Social, a importância dos serviços como elemento fundamental de todo o processo de Serviço Social.

Para além destes aspectos gerais parece-me poder distinguir-se como característico desta fase no aspecto da metodologia, um grande aprofundamento das técnicas e processos de trabalho com os indivíduos, os grupos e as comunidades, apro-

fundamento que se tentou em parte por uma investigação sobre a própria prática, em parte pela integração das conclusões das ciências humanas nos métodos próprios do Serviço Social. É também nesta fase que se começa a estruturar o método da Supervisão e se esboçam as preocupações que viriam a fazer pensar em métodos de administração e pesquisas no Serviço Social.

É talvez neste período que o Serviço Social sente a necessidade de fundamentar com rigor a sua acção e avaliar com objectividade os seus processos e resultados. E é nesta altura que começa a formular as suas questões próprias, a elaborar as interrogações a fazer às ciências de base, sobretudo à psicologia, à sociologia e à antropologia.

Definem-se neste período correntes metodológicas que evoluem por vezes em grave conflito, tentam-se experiências novas, confrontam-se resultados e surge na América, sobretudo, uma vastíssima literatura que divulga teorias por vezes muito divergentes ou quase contraditórias.

Porém, todo este movimento se dá sobretudo no nível de três formas do Serviço Social que vão surgindo como profundamente diferenciadas, quase como métodos paralelos: o Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo, o Serviço Social de Comunidade.

E porque assim, o sentido de unidade do Serviço Social até aqui muito vivo tende a perder-se na pluralidade de uma realização tripartida. A distinção dos métodos leva à separação dos que os praticam, por vezes à ignorância recíproca da forma como trabalham, e pode talvez dizer-se que, ao menos em relação aos E.U. o Serviço Social passou - e talvez esteja ainda a passar nalguns casos - por uma fase em que se perdeu como consciência de função para se ganhar como método de acção.

Este processo não se confinou porém aos Estados Unidos mas atingiu outros países que com este entraram em contacto e onde por assim dizer a experiência americana se prolongou, diferenciando-se nalguns casos, assumindo a prática local noutros.

De notar é talvez que, nalguns países, da Europa pelo menos, a experiência dos Estados Unidos não encontrou a sua imediata relação com a que lhes era própria e antes aconteceu que, o "case-work" sobretudo mas também os outros métodos, foram olhados como qualquer coisa de diferente, como sendo uma nova forma de agir ao lado do Serviço Social de Caso ou de trabalho com grupos tradicionalmente praticada. Talvez a explicação se possa encontrar numa resistência à mudança de atitude, sobretudo quando ela era entendida em termos excessivamente psicológicos. Talvez mesmo psicoterapêuticos, numa menor informação de carácter psicológico dos assistentes sociais ou ainda no facto de o conhecimento da prática americana ter chegado mais em termos de literatura do que por contacto directo dos profissionais na prática. E também da sua desadaptação às preocupações sentidas ao tempo pelo Serviço Social europeu. Só à medida em que assistentes sociais europeus fizeram formação profissional nos Estados Unidos ou americanos vieram trabalhar na Europa, a síntese, se é que de síntese chega a tratar-se, começou a aparecer como possível e o diálogo tendeu a estabelecer-se.

No entanto, se esta circunstância retardou em parte a evolução do Serviço Social na Europa também teve como consequência positiva que nela se não tenha caído tão facilmente no desequilíbrio que, em termos de Serviço Social, representa "fase psiquiátrica" dos métodos profissionais.

Ainda em termos europeus há que registar que os métodos do Serviço Social de Grupo e de Comunidade encontraram um eco diferente nos diversos países, havendo alguns que ainda os não consideraram como desejáveis para o seu caso. Talvez

os países que mais rapidamente se tenham aberto para esta dimensão sejam aqueles cuja organização social é menos rígida e extensa ou os que se encontram por razões diversas em frente de grandes grupos de população subevoluída.

De qualquer modo pode dizer-se que a prática do Serviço Social de Caso, do Serviço Social de Grupo e do Serviço Social de Comunidade, tende a generalizar-se num ritmo que é condicionado pela circunstância própria de cada país e não pode hoje duvidar-se já de que estes métodos sejam um adquirido da profissão.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

- Como perspectivas profissionais pode dizer-se que o Serviço Social passa talvez nesta fase por uma crise de afirmação.

O público e as outras profissões têm por vezes dificuldade em desprender-se da imagem inicial em que as funções do assistente social eram sobretudo "assistir os clientes" ou "servir de assistente" ao médico, ao advogado, ao administrador de obras sociais e não revestiam ainda de modo suficiente as características essenciais de uma actividade profissional.

E a dificuldade é tanto maior quanto, por força da circunstância social, o assistente social desempenha ainda hoje uma quantidade imensa de funções no quadro de Serviços Sociais e no contexto de toda a espécie de programas de bem-estar ou protecção social.

Nestes programas ele participa num processo de evolução social que se traduz rapidamente em novos modelos de existência, de organização, de papéis e funções sociais. E, por força da própria acção profissional, vê-se muitas vezes lançado em funções e papéis que não estão ainda muito claramente definidos, ocupando lugares de pioneiro enquanto se não criam competên-

cias profissionais a eles adequadas, guardando noutros casos o carácter de auxiliar, assumindo ainda campos novos de trabalho onde a própria prática e teoria do Serviço Social é ainda insuficiente para permitir delimitar e definir com clareza os próprios métodos e processos de acção.

A esta situação confusa, sobretudo para quem a vê de fora, acresce que o Serviço Social mudou de posição em relação à expectativa do público. Na primeira fase da sua existência os assistentes sociais apareciam em funções que coincidiavam de algum modo com a generosidade, que correspondiam ao desejo por todos sentido de fazer bem aos que precisam, de realizar aspirações das pessoas. E isso desencadeava normalmente um movimento de simpatia. Na segunda é sobretudo no âmbito de serviços públicos reconhecidos como sendo a resposta a direitos sociais que os assistentes sociais vão trabalhar.

E os limites e as insuficiências inevitáveis destes serviços em face das necessidades, experimentadas de algum modo como uma lesão de direitos individuais ou colectivos do, em muitos casos e sobretudo pelos sectores mais evoluídos das populações, ser apercebidos como constituindo o fracasso duma profissão. E como tal vão desencadear certa desconfiança e agressividade em relação a ela.

Por outro lado, neste período começa a surgir uma diversidade de profissões novas no campo social e geram-se confusões no âmbito das suas responsabilidades e dos seus métodos. E também isso conduz à incompreensão, por vezes ao conflito.

No interior da própria profissão, porém, adquire-se neste período alguma coisa de importante: a consciência que se possui um método profissional diferenciado e um núcleo de conhecimentos teóricos e práticos, transmissíveis e suficiente-mente sistematizados para se poder dizer do Serviço Social que ele tem um objecto próprio, uma natureza distinta, e métodos pro-

cessos, e técnicas particulares. Por outras palavras, o Serviço Social aparece aos profissionais como uma forma de actuação social distinta e os assistentes sociais descobrem-se como profissionais na medida em que sabem realizar por processos próprios uma acção específica.

Talvez pudesse ainda dizer-se que o desenvolvimento das relações internacionais, o contacto estabelecido entre as escolas e as associações profissionais de várias paízes, a actividade crescente das associações e federações internacionais, muito contribuíram também para a descoberta e para a compreensão do Serviço Social como profissão.

3º. Período

É demasiado cedo para falar dele na perspectiva em que o tenho vindo a fazer. No entanto, talvez seja possível apontar um ou outro traço característico da evolução do Serviço Social no momento presente, enunciar uma ou outra tendência.

Na linha da influência dos factos exteriores à própria profissão o Serviço Social vai sofrer cada vez mais o impacto de uma mentalidade e de uma circunstância comum em que a dimensão social é gradualmente mais reconhecida, por vezes supervalorada. Mas, ao mesmo tempo não vai ficar alheio a todo um clima em que no limite se exalta a subjectividade como um valor supremo e quase se absolutiza a liberdade individual.

Este impacto exprime-se em termos de pensamento, políticos, práticos, de ciência, na própria pragmática.

A influência do marxismo, do existencialismo e outras posições naturalistas vão ter repercussões mais ou menos

profundas na concepção do Serviço Social e no nível das necessidades a que ele deve dar resposta.

A própria Igreja re-explicitando e ampliando a consciência do "povo de Deus", por um lado exige aos cristãos que reformulem a sua forma de agir no domínio social, por outro reconhece e restitue dimensão a todo um movimento de socialização em curso, libertando-o ao mesmo tempo do que nele haja de menos autêntico e menos respeitador da pessoa.

Em termos políticos uma realidade sobretudo vai incidir directamente no Serviço Social: a concepção da política social como sendo toda a política do Estado e não apenas uma política para grupos especiais (o proletariado, por exemplo).

Em termos práticos a solidariedade não aparece mais aos homens só como um ideal, uma exigência de amor, mas torna-se uma necessidade humana de sobrevivência e vai do nível individual ao internacional.

Em termos de acção concreta toda a acção social sente dolorosamente a necessidade de ser eficaz e de responder rapidamente a problemas globais e extremamente complexos. Sobre tudo a descolonização violenta e o aparecimento de países novos levantam problemas demasiado sérios e tornam gritante a necessidade de agir de modo a conseguir uma promoção geral e a curto prazo. O 3º. mundo obriga talvez mais a pensar em programas globais de desenvolvimento do que qualquer outra experiência social.

Em termos de ciência a evolução da sociologia e a compreensão cada vez mais intensa da dimensão social na própria psicologia dos indivíduos levam à elaboração de teorias e práticas de acção no campo social. E daqui, que se gerem alguns condicionalismos novos para o Serviço Social.

Assim, e talvez seja esta a evolução mais in -

portante, o Serviço Social vai sentir, ainda mesmo quando não encontre facilmente a forma de fazê-lo, a necessidade de se integrar lucidamente em programas mais vastos, gerais, de política social. Não pode conceber-se mais como actividade desligada, mas tende a reconhecer-se como parte, como função social entre outras.

O aparecimento de uma programação social de conjunto estabelecida pelo Estado e integrando actividades diferentes das obriga o Serviço Social a tentar definir-se como função no "bem estar social", entendendo-se aqui bem estar social como o conjunto de todas as medidas destinadas a lidar com problemas sociais, chamando problemas a todas as situações sociais às quais a sociedade liga uma conotação negativa e tendo a eliminar através de medidas diversas.

Entrando nesta dimensão o Serviço Social vai sentir necessidade de se programar, de encontrar meios de planificação e administração, da sua própria actividade de se definir melhor nos serviços e, conseqüentemente, vai precisar de encontrar métodos de pesquisa no seu campo específico que o fundamentem na acção.

Por outro lado, os programas internacionais de assistência técnica das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, sobretudo ao orientarem-se para os países subdesenvolvidos, contribuem também para o desenvolvimento desta perspectiva e para a elaboração de meios e técnicas de trabalho neste campo.

Mas, ao mesmo tempo, esta situação confronta o Serviço Social com outra realidade: a articulação da prática profissional com a actividade de outras disciplinas e, de algum modo, com a perda da identidade da profissão no meio delas.

Torna-se difícil articular as perspectivas anteriores com a nova dimensão dos problemas, e o Serviço Social corre de novo o risco de perder-se no conflito entre o individual e os grandes dados sociais de que não pode desinteressar-se.

Em resumo, o Serviço Social tem que resolver 2 problemas: a definição do seu campo no conjunto das actividades sociais, a explicitação da perspectiva própria da forma por que vai aproximar-se do cliente-em-situação. E assim, talvez possa dizer-se que o Serviço Social procura uma nova síntese e que nela se encaminha para interessar-se particularmente pelo homem no desempenho dos seus papéis sociais e pela comunidade enquanto sistema de relações sociais.

Numa outra ordem de ideias ao mesmo tempo que tende cada vez mais a encontrar elementos comuns de identificação no plano universal, o Serviço Social experimenta a necessidade de se adaptar-se ao concreto ao condicionalismo de cada país e começa a reconhecer que só na medida em que conseguir dispor a realidade nacional pode responder à sua função em termos gerais.

A antropologia cultural começa aqui, a fornecer-lhe algumas pistas, que também conduzem a uma evolução neste sentido.

Como consequência de tudo o que fica dito talvez possa observar-se no Serviço Social um movimento em duas linhas no que se refere a perspectivas profissionais.

Por um lado o desenvolvimento de uma consciência de profissão, traduzida sobretudo na preocupação cada vez mais intensa de melhorar e desenvolver a formação profissional, no esforço de investigação dos processos de organização de trabalho no campo do Serviço Social, na preocupação de desenvolver

o sentido de corpo profissional responsável e organizado, na procura do lugar que aos assistentes sociais compete no diálogo interdisciplinar, no desenvolvimento das organizações profissionais quer no campo nacional quer internacional.

O Serviço Social tende a compreender-se cada vez mais como função social e a engajar-se para assumir a consolidação de que a sociedade contemporânea o põe diante de tarefas e responsabilidades complexas e processá-las através da acção conjunta de equipas e funções técnicas diversas.

Por outro, cada vez se torna mais intensa a procura da explicitação do Serviço Social como teoria.

Compreende-se gradualmente melhor que a teoria do Serviço Social se não identifica com a teoria dos métodos e que estes não são técnicas nem soma de técnicas nos processos mais amplos de acção organizada. E de igual modo se compreende que os métodos mais elaborados do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade não esgotam a realidade do Serviço Social. Procura-se assim uma investigação no campo da metodologia que sente-se igualmente a necessidade de explicitar toda uma filosofia implícita na própria existência profissional, de equacionar de novo o problema dos fundamentos.

-----oOo-----

A VIDA ECONÓMICA E SOCIAL

À luz da Constituição pastoral "Gaudium et Spes". (*)

Francisco Pereira de Moura

do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e do Instituto de Serviço Social de Lisboa.

INTRODUÇÃO

1. Na última página do livro de Economia mais importante aparecido neste século, escreveu Keynes : "Na realidade, o mundo é quase exclusivamente governado pelas ideias"; e acrescentava , logo a seguir : "estou convencido de que a força dos interesses criados se exagera muito em comparação com o firme progresso das ideias, que, sem dúvida não actuam de maneira imediata, mas só depois de um certo intervalo".

Não correram ainda duas semanas sobre o encerramento da XXVI Semana Social de Espanha; e o cardeal Bueno Monreal, na conclusão dos trabalhos, declarou convictamente : "são as ideias que dirigem as nações".

Esta convergência impressionante de visões sobre a dinâmica social, uma vinda agora de Málaga e pela voz de um homem da Igreja, a outra já com mais de trinta anos, oriunda do polo básico do capitalismo mundial e analisada pelo especialista que, porventura, mais contribuiu para nos fazer compreender as engrenagens desse mesmo capitalismo - esta convergência,

(*) Conferência realizada no Porto, em 19 de Abril de 1967, a convite do "Centro de Cultura Católica" e integrada no ciclo "Diálogo da Igreja com o Mundo".

LISBOA

dizíamos, não é para nos libar de profunda meditação. Na circunstância particular em que aqui nos encontramos hoje, constitui razão essencial para agradecer ao Centro de Cultura Católica a oportunidade oferecida de comunicar ideias e meditações, e de receber críticas ou sugestões, isto é, impulsos para novos progressos na senda da verdade. Mas ainda se poderá tirar uma conclusão mais dessas afirmações citadas de início, e a ela vamos, pois é importante.

2. As ideias governam as nações desde que não caíam na rocha árida onde toda a semente estiola, como ensina o Evangelho. Daqui podemos partir para uma reflexão acerca da eficácia de conferências ou de ciclos de estudo como este em que nos empenhamos actualmente, e reflexão que há-de dirigir-se frontalmente à atitude em que decorre a participação de cada um de nós.

Será ou não verdade que, muitas vezes, apenas pretendemos ouvir um conferencista, porventura para melhor o classificar à esquerda ou à direita? Será ou não verdade que, também algumas vezes, pouco mais procuramos do que informar-nos acerca de temas de actualidade oriundos da Hierarquia - mas informarmos passivamente? Será ou não verdade que, ainda em certos casos, tentamos um esforço de adesão, mas unicamente no terreno dos princípios e das grandes afirmações doutrinárias - não descedo dessa "torre de marfim", sem dúvida necessária mas, só por si, inoperante por desenraizamento?

Para que as ideias, as ideias que constantemente afirmamos como redentoras, governam as nações, é necessário que atendamos às ideias e não às pessoas ocasionalmente dispostas a apresentá-las em ciclos de conferências; mas que atendamos às ideias não por qualquer motivação de actualidade ou, até, de "es-oândalo", mas apenas por expressarem a orientação do magistério e a ordem cristã que nos cumpre imprimir à sociedade; e que busquemos conhecer e aderir a essas orientações, mas para as converter

em acção renovadora, e não para as resguardar debaixo do alqueire, donde a luz não pode irradiar.

Vamos procurar imprimir a esta exposição a índole que ficou traçada: apresentar a visão cristã do mundo económico e social à luz da Constituição pastoral "Gaudium et Spes", não apenas por ser recente e andar mal divulgada entre nós, mas por constituir a enunciação dos princípios perenes em forma adequada ao momento e aos problemas actuais; e examinar os caminhos possíveis de aplicação desses princípios e orientações ao caso concreto que mais nos responsabiliza como portugueses, que é o da vida económica e social do Portugal contemporâneo.

Não podemos continuar indefinidamente a repisar formulações doutrinárias, pois a distância a que ficam necessariamente, em abstracção, relativamente às exigências de intervenção quotidiana na modelação social é demasiadamente larga para poder ser vencida pelo esforço pessoal de cada um de nós. E também não podemos esperar que seja publicada uma encíclica ou uma constituição conciliar dirigida aos nossos problemas específicos, e contendo fórmulas adaptadas ao nosso meio. Resta, pois que os leigos assumam, como tarefa própria, a renovação da ordem temporal, esforçando-se por insuflar nas modificações e nas reformas o espírito evangélico (como se pediu, recentemente, na encíclica Populorum Progressio).

3. Mas não estaremos assim a resvalar para o terreno da política, correndo até o risco de nos tornarmos subversivos?

Meditando cuidadosamente o malindre da questão e a sua importância prática, responderemos: sim, é "política" e é "subversão". Mas são, evidentemente, necessárias algumas palavras mais a explicar um ponto de vista como este.

Se entendermos a acção política apenas no sentido da organização e intervenção tendendo à tomada do poder, isto é, dos órgãos superiores do Estado - então não cuidamos que fosse conveniente orientar um ciclo ou uma conferência destas no sentido "político"; nem conveniente do ponto de vista do poder estabelecido, que se sentiria, porventura, atingido, nem do ponto de vista do conferenciista (e dispensa-se a enunciação dos motivos). Além de que à eficácia dessa modalidade de acção política convém, em geral, o segredo e não a publicidade franca.

Mas a política tem outras dimensões, que fazem dela a mais nobre das actividades humanas, em consenso generalizado desde os filósofos antigos. Pois sejam quais forem os homens que detenham o poder organizado, todo o cidadão (ou toda a pessoa, como queira dizer-se) deve contribuir para a definição e execução da política, isto é, para o levantamento e análise dos problemas da comunidade, e para a proposta e adopção das soluções convenientes; e não apenas ao nível dos problemas parcelares, mas sobretudo em quanto respeita ao traçado dos grandes rumos para a comunidade no caminho da transformação e do progresso. Recusar-se à política neste sentido, desinteressar-se de saber como vão as coisas da nação e do mundo - é uma alienação infelizmente muito comum entre nós, mas contrária à natureza social e à dignidade eminente da pessoa humana, portanto, atitude cómoda mas inconciliável com os deveres e responsabilidades do cristão.

Dir-se-á: tudo está certo, mas a política começa quando pretenda cumprir-se este dever e responsabilidade a um nível que transcenda cada pessoa - pela comunicação das reflexões próprias, seja falando em reuniões e associações, seja escrevendo para um público ... Isto nos obriga a um comentário complementar acerca da "subversão", tema hoje muito actual e importante.

4. Depois das máquinas de calcular mecânicas e electrónicas, das máquinas de programação (já tão utilizadas na resolução de problemas das empresas), das máquinas para traduzir textos de umas para outras línguas, e dos "robots" de toda a espécie, até aos mais avançados servo-mecanismos para a exploração espacial, não andará longe o dia em que depararemos com a máquina política. Terá de possuir uma ampla memória (donde constam, entre outros elementos, as "tradições nacionais" que influenciam os comportamentos e limitam os objectivos, e onde se armazenam os programas de acção); possuirá, também, órgãos para captação de informações e para processamento de todos os dados exógenos; estará, finalmente, habilitada a distribuir pelos canais convenientes as instruções determinadas pelo cálculo, com vista a assegurar se alcancem as finalidades inseridas nos programas, assim como certas instruções suplementares para responder eficazmente às reacções suscitadas por algumas das medidas constantes das instruções de execução. Governar será, então, pelo menos, mais lógico - e não faltará quem diga que a defesa das pessoas perante o autoritarismo do poder ficará melhor assegurada desta maneira, na medida em que se inscrevam na "memória" os direitos básicos dos cidadãos segundo fórmulas precisas que a técnica exige, mas a linguagem constitucional, infelizmente, costuma considerar supérfluas.

A literatura de ficção científica e de antecipação já nos habituou a considerar a hipótese destes "mundos de máquina"; e se a intenção de muita dessa literatura é meramente comercial, obras há - e célebres - em que se lança um brado de alarme contra a corrosão de princípios fundamentais de uma ordem humana. De facto, podemos admitir mais do que uma simples avaria da máquina se, em certo momento, esta repeli-se os sistemas de objectivos e de limitações que os homens continuariam a querer fornecer-lhe como base para as decisões, e passasse a produzir objectivos e limites, oriando uma moral e formulando projectos sociais desumanizados, integralmente mecânicos. Que sucederia?

Ensina a história da humanidade - e é uma triste lição, esta! - que a "luta contra a subversão" é a única defesa que pode fazer perdurar, num caso destes, o reino da máquina. Pois o que importa é evitar que outras ideologias e sistemas de objectivos e processos ganhem força social suficiente para substituírem os vigentes; e a acusação de subversão exerce um efeito anti-aglomerante, pela condenação apriorística a que induz, assim se evitando o exame das concepções e a eventual adesão a elas.

Mas, então, não deveremos querer máquinas nem o progresso científico e técnico... Cremos ser bem outra a lição a tirar desta meditação, a de estarmos vigilantes, ou despertarmos se, porventura, andamos adormecidos. Pois o que é inscristível não é a "máquina", mas somente aquela que nega os direitos fundamentais da pessoa humana - impondo a servidão a camponeses e operários, impedindo o debate de ideias, cerceando a imprensa, o livro e a Universidade, coartando a possibilidade de reunião e associação, violando o domicílio, a correspondência ou o telefone, impedindo que se conheça a verdade do que vai pelo mundo e pelo País, e tudo a pretexto de lutar contra a subversão.

5. Concluiremos esta introdução já extensa com algumas anotações que permitam integrar os desenvolvimentos subsequentes no contexto do documento conciliar a cujo estudo nos entregamos.

"A vida económico-social" deu lugar ao capítulo III da 2ª. parte da constituição Gaudium et Spes, aparecendo assim como resposta aos problemas suscitados na exposição preliminar acerca da "situação do Homem no Mundo actual", fundando-se tal resposta na explanação teológica e filosófica da 1ª. parte da constituição ("A Igreja e a vocação do Homem"), e inserindo-se essa análise e orientação acerca dos temas sociais e económicos a par de outros temas prementes: o matrimónio e a família, a cultura, a comunidade política, a paz e a edificação da comunidade dos povos (capítulos I, II, IV e V da 2ª. parte, que tem o título

de "Alguns problemas mais urgentes"). Bem se vê que o esquema do presente ciclo de conferências é o roteiro da Constituição.

E de que se trata nesse capítulo III, acerca da vida económica e social? Numa primeira secção, do desenvolvimento económico; na segunda secção, os problemas mais urgentes que nos são propostos têm a ver com:

- Trabalho, condições de trabalho e descanso;
- Participação na empresa e na organização total da economia. Conflitos de trabalho;
- Os bens da terra são destinados a todos os homens;
- Investimentos e questão monetária;
- Acesso à propriedade e posse privada de bens.
- Problema dos latifúndios.

E mais adiante, ao tratar dos problemas da paz e da comunidade dos povos, surge o tema da cooperação internacional no campo económico.

Não seguiremos a ordem nem a totalidade dos tópicos que se contém na constituição - embora cuidando de nos manter fiéis ao seu ensino. E assim, numa primeira parte, trataremos do trabalho e da empresa, na segunda parte, da propriedade e repartição do rendimento, e na última parte desta conferência, abordamos o problema do desenvolvimento económico. Seria quase inútil referir que este último tema não pode ser tratado sem recorrer à recente encíclica de Paulo VI Populorum Progressio, pois aí se retoma, explícita e reafirma poderosamente quanto já aparecia, resumidamente, no texto conciliar. (*)

(*) De um modo geral, ao citar os dois documentos em referência, adoptaremos as seguintes siglas e edições:

G.S. - Constituição pastoral do Concílio Vaticano II "Gaudium et Spes" - A Igreja no Mundo deste Tempo. Livraria Morada Editora, Lisboa, 1966.

P.P. - Populorum Progressio - Carta Encíclica de S.S. Paulo VI sobre o Desenvolvimento dos Povos. Editorial Astex, Lisboa, 1967.

Capítulo I : TRABALHO E EMPRESA

6. O trabalho humano que se exerce na produção, no comércio ou nos serviços económicos, supera os outros elementos da vida económica, cuja função é serem instrumentos. (G.S., 67, § 1).

Ninguém terá dúvida em reconhecer neste texto não uma verificação ou descrição de factos, mas sim uma orientação doutrinaría; não nos movemos no mundo do ser, mas do dever ser. Esta é, portanto, a determinação básica para os leigos in-buirm "de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida" (P.P., 81); é a esta luz que importa conduzir "as necessárias modificações e reformas profundas" (P.P., 81).

Também não haverá dúvidas em que toda a força da definição essencial na palavra supera. Para quaisquer aplicações práticas, importa, pois, analisar os conteúdos efectivos que pode assumir tal palavra.

O primeiro ponto importante, a concretizar essa posição cimeira que se atribui ao homem-trabalhador, é o direito ao trabalho, isto é, a existência de uma organização sócio-económica, que assegure a possibilidade de trabalhar a todos os homens; o sub-emprego, o desemprego, e a miséria que lhes são, tantas vezes, inerentes não são aceitáveis pela doutrina conciliar.

Segundo aspecto é o das garantias de emprego, em relação à ocupação que o trabalhador tenha. As conveniências dos detentores do capital, ou dos dirigentes das empresas, ou mesmo as intenções de reconversão dos responsáveis políticos de uma região, sector ou país, não podem prevalecer contra esta modalidade de supremacia do trabalho.

Terceiro problema é o da remuneração; também nesta matéria de distribuição dos resultados da actividade económica,

o trabalho supera os outros elementos. Decorrem, naturalmente, conclusões acôrca de salários directos e indirectos, e participação no rendimento nacional.

Outro problema é o das condições de trabalho, e não apenas no aspecto negativo de evitar situações deshumanas ou degradantes, mas na linha positiva de tornar o trabalho o elemento de realização da pessoa humana - na cooperação com os outros homens, no aperfeiçoamento próprio, na consciencialização da sua dignidade.

Mais um último aspecto - e é corolário do anterior - vem a ser a necessidade de fazer o trabalhador participar da orientação da empresa, e tanto no plano interno, como ao nível das decisões que a afectam mas são tomadas do exterior (à escala do sector, da região, ou do país).

7. Não vamos deter-nos longamente a mostrar a razão de ser desta supremacia conferida pela doutrina cristã, ou pela visão ou concepção cristã do mundo económico e social, ao trabalho. Tudo se resume substituindo a palavra trabalho por pessoa do trabalhador.

E vendo as coisas a partir desta perspectiva, o trabalho como actividade é uma colaboração com os outros homens e uma participação na criação divina; a remuneração do trabalho surge como o meio de subsistência e de realização do próprio trabalhador e da família; a imagem do homem a trabalhar não é do que oração ao Cristo redentor. Estamos persuadidos - escrevem os bispos - "de que o homem, pelo trabalho oferecido a Deus, se associa à obra redentora de Jesus Cristo, que elevou o trabalho a uma eminente dignidade trabalhando, com as suas próprias mãos, em Nazaré". (G.S., 67, §2).

8. Estamos inseridos numa sociedade e organização económica concreta, a de Portugal em 1967; e nela temos responsabilidades, em grau e de natureza porventura diversas mas, em todo o caso, efectivos. Como se confronta a realidade portuguesa do trabalho com esta doutrina da Igreja, que deve ser o novo padrão de valores para aferir a sociedade?

A conclusão mais importante, decisiva mesmo, que se pode formular parece-nos esta: o trabalho não supera os outros elementos da vida económica. Mascarada pela ordem estabelecida por todos nós e pela paz das ruas que nos adormece o espírito, subsiste uma terrível desordem, incompatível com a nossa condição de cristãos. Vejamos sumariamente.

O direito ao trabalho não está assegurado, sobretudo para os trabalhadores agrícolas, nem se encontrando outra explicação profunda para os recentes impulsos migratórios, em busca de trabalho, e do salário, e do pão que ele proporciona.

O emprego, mesmo nas actividades evoluídas (muitas das indústrias e actividades terciárias) não está devidamente assegurado, também. Não o está ao nível individual, pois as leis e regulamentos acerca de despedimento andam longe de assegurar uma defesa correcta dos trabalhadores; não o está, ainda, a um nível global, pois só agora se ensaiam os primeiros esforços no sentido de organizar um Serviço Nacional de Emprego e de facultar a trabalhadores que têm de mudar de actividade meios para readaptação profissional; e, mais grave do que isso, nunca chegou a inserir-se na política conjuntural portuguesa o objectivo do pleno emprego, movendo-se as decisões de gasto público ou de incitamento ao investimento privado, por exemplo, por considerações alheadas dessa fundamental exigência de ordem social. E idêntica observação pode fazer-se, no terreno macro económico do longo prazo, ao confrontar o direito ao trabalho com a preparação das políticas de emprego e mão-de-obra nos planos de fomento.

E as remunerações? Está agora em moda aludir aos altos salários pagos nesta ou naquela região agrária em certa época do ano, esquecendo que se trata de um movimento de inadaptação da técnica (continuando a exigir muita mão-de-obra) em face da escassez de trabalhadores que emigram; e esquecendo, também, que não é assim em todas as regiões, nem para todos os tipos de trabalho agrícola e, sobretudo, que não é assim com regularidade ao longo do ano. Mas olhando a um sector habitualmente considerado mais evoluído, as indústrias, e apenas aos estabelecimentos com 21 ou mais pessoas a trabalhar: durante 1964, cerca de 540 mil trabalhadores ganharam 7,6 milhões de contos em 145 milhões de dias de trabalho. São números que excedem a nossa escala individual, e por isso nos parecem altos; mas um cálculo rápido conduz ao salário médio de 52\$ em cada um dos 270 dias que, em média, cada trabalhador exerceu actividade no ano; como os dias de consumo são 365, cada um destes trabalhadores (e está contado mesmo o pessoal superior, muito mais bem pago do que a generalidade dos operários e empregados) dispôs de 39\$ por dia. Eis um número à mesma escala de avaliação - e que nos não deixará indiferentes, nem socegados.

Poderíamos acrescentar algumas anotações sobre os outros dois aspectos: condições de trabalho e participação na orientação da empresa. Mas todos estamos cientes de que, para além de alguma legislação e fiscalização meritória em matéria de higiene, salubridade e segurança, e acerca de duração de trabalho, e sem esquecer esforços também honrosos de uma ou outra empresa no sentido da promoção e dignificação do trabalhador, ainda a generalidade dos assalariados agrícolas, ou na indústria e outras actividades, suscita menores atenções do que o equipamento moderno - pois esse, para ser substituído quando avariado, soa - reta pesados encargos; e a "avaria" ou perda de um assalariado, compensa-se com a admissão de outro, sem mais custo do que alguma pequena indemnização imposta pela lei ou constituindo apenas benemerência.

9. O quadro que ficou traçado - e que cada um de nós terá de completar ou corrigir de acordo com a sua experiência ou análises pessoais - suscita um problema básico para todos os participantes deste ciclo: que vias se nos abrem à acção para que a Igreja, mais do que nos convida, verdadeiramente nos impulsiona e "sem esperar passivamente ordens e directrizes" da Hierarquia? (P.P., 81).

Tem sido habitual, no nosso meio, e em resposta a intervenções doutrinaárias oriundas de Roma nestas matérias respeitantes ao trabalho e à empresa, concluir duas coisas:

- que a Igreja não condena o contrato de trabalho na empresa
- e que a resolução dos problemas dependerá de acções individuais.

Perante os documentos de agora, estão as coisas muito mais claras, por um lado quanto ao objectivo a atingir, por outro lado acerca de meios que não podem ser deixados de lado, seja a pretexto do que fôr.

Ao afirmar que é preciso promover a activa participação de todos na gestão da empresa (G.S., 68, §1), enuncia-se, sem dúvida, um caminho que fica aberto à iniciativa de qualquer empresário cristão; muito mais do que isso, porém, está proposta uma transformação estrutural profunda nas relações de produção, a qual põe em causa os fundamentos do sistema capitalista e há-de originar reformas de natureza jurídica.

Efectivamente, esse sistema não se caracteriza nem pela existência e acentuação da relevância dos capitais técnicos ou financeiros, nem pela descentralização de decisões económicas através de empresas e iniciativas livres, nem sequer, pela propriedade privada dos meios de produção. Sem desprezar todos esses elementos, o que o sistema consubstancia é uma certa

espécie de relação entre grupos ou classes sócio-económicas, por um lado os detentores dos capitais, por outro lado os trabalhadores "vendendo" a sua força de trabalho às empresas. Pense-se num exemplo extremo: o dos "bons capitalistas", que numa época de crise e de perdas para a empresa decidem manter os assalariados, assegurando-lhes um salário que já não encontra justificação económica nem tráz rentabilidade para a empresa. Estamos perante um comportamento louvável, marcado por profundo sentido de caridade e humanidade. Mas - e é o ponto importante - o facto de se tratar de uma decisão apenas dos capitalistas, continuando os trabalhadores sem participação na gestão da empresa, retira a esta estrutura a característica que a ordem cristã impõe, a de colaboração participante e responsável numa obra comum.

Mas o capitalismo já não existe! Com as intervenções do Estado a impôr normas de salários, condições de trabalho e segurança social, a orientar os investimentos, a regular a repartição dos rendimentos e a fixar os próprios preços; por outro lado, em resultado de uma dinâmica interna das empresas que foi entregando sucessivamente os poderes a um grupo de "trabalhadores" (os administradores e técnicos superiores) tantas vezes comandando o capital em vez de se limitarem a cumprir os mandatos deste, - não falta quem proclame a morte do capitalismo, ou a sua transformação em algum sistema bem diferente do inicial, que dera origem a tantas condenações por abusos cometidos.

É bem outra a realidade; e sem entrar em discussões técnicas acerca das consequências de toda a evolução referida, um ponto subsiste sempre: a alienação do trabalhador perante a empresa. Ele aí trabalha, daí recebe salário para comprar pão, pode mesmo vincular-se sentimentalmente à casa onde labora há muitos anos - mas é sempre aquele que não conhece os dados e os momentos de decisão, aquele que está arredado das opções que hão-de decidir da sua própria sorte. É contactado pela empresa, não é empresa.

Ora a doutrina da participação na gestão indica-nos que o objectivo é a integração do trabalhador na empresa, assim se pondo termo a essa dicotomia essencial do sistema actual.

10. Alguém poderá estranhar que se tenha posto o problema em termos de correcção de fundo ao sistema capitalista, quando entre nós vigora outro sistema, o corporativo, não se sabe bem se desde 1933 ou, apenas, a partir de 1958, com a criação das primeiras corporações. Mas desta estranheza podemos partir para a análise de alguns meios concretos para vir a atingir-se o objectivo acima apontado, de participação do trabalho.

O corporativismo põe, na base, a organização dos trabalhadores em sindicatos, para representação e defesa dos seus interesses, evidentemente, integrados num interesse colectivo superior. E embora já existissem sindicatos - e sólidos - em Portugal, há muito tempo, sem dúvida que se inatituíram em grande número depois de 1933.

Para quem observa (ou vive por dentro) a vida sindical portuguesa, não oferece dúvida que os trabalhadores não se interessam pelos sindicatos, nem os sentem como seus; assim como estes não constituem o meio de participação do trabalho na tomada de "decisões económicas e sociais de que depende a sorte futura dos trabalhadores e dos seus filhos, mas em instâncias superiores" (à empresa) (G.S., 68, §1). E todos nós fizemos há muito o diagnóstico desta falsificação da vida sindical: falta a representatividade, e falta o poder de negociação que o recurso à greve faculta, por todo o mundo.

Entre os direitos fundamentais da pessoa humana, deve-se contar o direito dos trabalhadores de fundarem livremente associações que os representem de um modo autêntico e que possam cooperar na justa organização da vida económica, bem como

o direito de participarem livremente nas actividades destas associações, sem perigo de represálias. (G.S., 68, §2).

E mais adiante: Quando nascem, porém, conflitos económico-sociais, deve haver diligência por atingir uma solução pacífica. Mas se, em primeiro lugar, é preciso recorrer sempre ao diálogo sincero entre as partes, todavia, a greve pode, mesmo na situação presente, constituir um meio necessário, embora último, para a defesa dos direitos próprios e para alcançar as justas aspirações dos trabalhadores. (G.S., 68, §3).

Será inútil insistir em mais tentativas de solução paternalista, mesmo quando seja o Estado quem aparece como "pater". E se a doutrina é posta com tanta clareza aos católicos, só há a esperar que os católicos portugueses consigam a supressão do artigo 39º da Constituição Política, onde se proíbe a greve; que consigam se restituir a liberdade de associação em sindicatos verdadeiramente representativos; e que consigam ainda corrigir, à luz da orientação do Concílio, muito do título VIII da I Parte da Constituição, onde se trata "da ordem económica e social", designadamente o artigo 35º onde se diz que "A propriedade, o capital e o trabalho desempenham uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade, etc." Estará certo; mas onde vem que o trabalho supera os outros elementos?

!!!!!!!!!!!!!!

Capítulo II : PROPRIEDADE E REPARTIÇÃO DO

RENDIMENTO

11. Deus destinou a terra e tudo o que ela contém para uso de todos os homens e de todos os povos; como consequência, os bens criados devem chegar a todos equitativamente, segundo a justiça acompanhada pela caridade. (G.S., 69, §1).

Tal como nas matérias anteriores, não estamos perante uma afirmação respeitando à realidade das coisas actuais, mas sim diante de uma orientação doutrinal. O pensamento, a acção individual, e a intervenção dos católicos na construção da sociedade, não-de subordinar-se a esta valoração de bens, a qual simultaneamente, fixa uma finalidade à política económica e social: ordenemos as relações sociais e as instituições de modo a que os bens cheguem, equitativamente, a todos os homens. A dimensão do problema transcende, naturalmente, o quadro estreito de um país, abarcando a temática dos desequilíbrios entre povos evoluídos e povos subdesenvolvidos; mas deixando esses aspectos para o capítulo seguinte, pensemos à escala portuguesa.

A conclusão mais importante a que chegamos é esta: não só não se cumprem os desígnios de Deus, uma vez que os bens não chegam a todos os portugueses equitativamente, mas a própria organização social e as instituições impedem que esteja a atingir-se essa finalidade. Sendo verdadeira esta conclusão, impõe-nos a análise da organização e das instituições - para descobrir os pontos fracos, onde urge a intervenção.

12. A maior parte dos portugueses presta trabalho assalariado (ou como empregado), recebendo salários com os quais adquire os bens necessários ao seu consumo e de sua família. Outros portugueses têm, essencialmente, rendimentos da propriedade - rendas da ter-

ra, juros de capitais "mobiliários", os próprios lucros das empresas que chegam às mãos dos "empresários" por terem tido uma iniciativa consubstanciada na aplicação de capitais próprios.

Sem dúvida, há quem apenas receba rendimentos do trabalho e não viva mal; assim como se nos deparam proprietários em indigência. Mas vamos a não encobrir a lei geral sob esta referência a casos especiais e a lei ou condição geral é a que ficou enunciada.

Do desequilíbrio dos rendimentos nasce a desvantagem para uns (a maioria esmagadora), e o benefício para alguns privilegiados, no que respeita à disponibilidade dos bens criados pela actividade produtiva. De modo que o nosso objectivo de fazer chegar os bens a todos, equitativamente, reduz-se, finalmente, a conseguir alterar a actual estrutura de repartição do rendimento.

Pode alterar-se essa estrutura intervindo logo na fase da formação dos diversos tipos de rendimentos, por exemplo, impulsionando os salários em detrimento dos lucros. E pode, também, modificar-se a estrutura da repartição mediante um conjunto de intervenções de índole financeira, tanto pelo lado das receitas públicas (impostos progressivos sobre o rendimento, como através das despesas do Estado (facultando serviços de ensino, saúde, habitação, etc. aos grupos de menores rendimentos directos), estas últimas adicionadas das transferências de rendimentos operadas dentro de esquemas de previdência social.

Como é tudo isto entre nós?

13. Não constitui segredo para ninguém que o sistema fiscal português se caracteriza pela exígua progressividade, mesmo depois da última reforma. E nem sequer faltam justificações para esse tratamento de favor que o Estado português - em confronto com

outros Estados - dá às grandes e médias fortunas nacionais, é o "Estado pessoa de bens", são "as exigências do desenvolvimento económico", a aconselhar não se reduza o estímulo à iniciativa e ao investimento (a partir das poupanças derivadas dos altos rendimentos).

Em matéria de fixação de salários, há uma fórmula na Constituição Política :

"... maior salário compatível com a justa remuneração dos outros factores da produção..."
(artº. 31, 3º.).

Mas, além desta fórmula, conhece-se qual é a situação real. Sobre um "mercado" de trabalho em que, de um modo geral e até há bem pouco tempo, pesava a oferta em relação a uma procura escassa (e está em causa a falta de iniciativas privadas e de impulso vindo do sector público para se conseguir oportunidade de emprego produtivo para todos os portugueses), condições a que correspondiam, naturalmente, baixos níveis de salários em mercado livre, sobre esta primeira condição estrutural juntaram-se as preocupações de estabilidade monetária, temerosas da inflação pelos custos, e a ansia da ordem social, tirando-se, com esse fim, todo o carácter reivindicativo aos sindicatos e, mesmo, a greve, que seria a única arma de que poderiam dispôr os trabalhadores para manifestar os seus pontos de vista em casos extremos.

Sobre os esquemas de previdência verifica-se que as transferências se operam, essencialmente, dentro do grupo dos assalariados da indústria e comércio, uma vez que as contribuições patronais são integradas nos custos e se repercutem integralmente nos preços dos produtos - naturalmente, com mais intensidade, nos preços dirigidos aos mercados internos em que é maior a protecção, e que são os dos bens de consumo. Mas essas transferências ainda recebem um efeito de redução ao passár-se da cobrança dos descontos para as despesas, uma vez que o sistema não é, basicamente, de repartição mas, muito pesadamente, de

capitalização. E só recentemente começou a intensificar-se a aplicação desses fundos não distribuídos em finalidades sociais (habitação), mas ainda aí em benefício predominante das classes médias, únicas a quem interessa o andar ou moradia própria e que têm já desfaleço económico para a entrada inicial e para as prestações regulares subsequentes. De modo que, entre outras coisas, os fundos pagos pelos trabalhadores à previdência estão a servir para a construção de moradias de praia ou no campo, onde o pessoal superior das empresas vai passar férias e fins de semana.

Restam as despesas do Estado, para facultar serviços essenciais aos grupos de população de menores rendimentos. Que tem havido um esforço, de há muitos anos para cá, no sentido de desenvolver o ensino gratuito ou com baixas propinas, e os serviços de saúde, por exemplo, é verdade que cumpre reconhecer. Mas nem a intensidade dessa evolução se podia considerar suficiente, nem há-de admitir-se que "os encargos com a defesa" se sejam a sacrificar, precisamente, uma evolução redistributiva que se impunha acelerar. Porquê deixar de construir escolas ou hospitais, porquê não aumentar o número de bolsas de estudo em todos os graus de ensino, quando há disponibilidades para "pantéons" e para festejos políticos, ou quando não se procura, pelo imposto sobre os rendimentos excessivos (até conseguidos com a guerra) suprimir tantos gastos supérfluos que são escândalo entre os portugueses?

14. Todo o quadro que ficou traçado sugere numerosos pontos de intervenção para uma opinião de católicos portugueses que se disponham à realização, no seu país, daquelas fórmulas que costumam enunciar em termos vagos. Mas subsiste uma dúvida mais profunda: não valeria a pena ir ao âmago do problema, suprimindo ou coartando fortemente a propriedade privada, e a "classe capitalista" por estar aí a origem de todas as desordens apontadas?

A possibilidade de se afirmar este ponto de vis

ta vem referida na própria constituição Gaudium et Spes(71,§5): Quando esse carácter social (da propriedade privada) não é respeitado, a propriedade pode converter-se numa ocasião frequente de ambições e de graves desordens, fornecendo um pretexto aos que contestam o próprio direito da propriedade.

A resposta que o ensino da Igreja continua a dar a esta sugestão é francamente negativa: É muito importante favorecer o acesso dos indivíduos e dos grupos a um certo domínio sobre os bens externos (G.S., 71, §1). Tem sido, invariavelmente, esta a resposta, desde os primeiros documentos pontifícios acerca da questão social, e bem poderíamos ficar por aqui. Mas como acontece que este ainda constitui ponto importante de discordância entre diferentes correntes doutrinárias e, mais do que isso, como a pretexto do ensino da Igreja se procura, habitualmente, justificar uma situação portuguesa de desordem e injustiça profunda, aceitar-se-ão algumas palavras mais.

Primeiramente as razões que levam a Igreja a defender a propriedade privada e as outras formas de domínio privado sobre bens externos:

- contribuem para a expressão da pessoa, proporcionando-lhe a ocasião de exercer a sua função na sociedade. (G.S., 71, §1);
- asseguram a cada um uma zona absolutamente indispensável para a autonomia pessoal e familiar e devem considerar-se como um prolongamento da liberdade humana (G.S., 71, §2);
- estimulando o exercício da responsabilidade, constituem uma das condições das liberdades civis (G.S., 71, §2).

Bem se vê como a ênfase está posta na defesa da pessoa e não, por exemplo, na eficiência económica (como aconteceu de documentos mais antigos).

Mas se é assim, não estamos diante de nenhum direito "absoluto" como, por vezes, se proclama; e temos de aceitar que as actuais estruturas da propriedade, em vez de defenderem as pessoas, podem constituir sistemas de opressão - propriedade "privadora" para os outros, como já se escreveu em comentários acerca do tema. Valerá a pena tentar uma aplicação ou outra.

15. Grande parte dos bens sobre os quais se exercem direitos de propriedade são as habitações, as empresas e a terra. E bem se compreende como a defesa das pessoas e das famílias, à luz da doutrina anteriormente exposta, que é a do Concílio, pode conseguir-se através da propriedade sob estas diferentes espécies.

É sobretudo nas cidades e entre os grupos sociais de menores rendimentos que a habitação não é própria; mas também convém não esquecer que nas zonas rurais, se grande parte das famílias vive em casa própria, só com dificuldade se pode aceitar que tais tugúrios sirvam às famílias. De modo que é todo o problema da habitação que está posto entre nós - posto mas só muito pàlidamente em início de solução.

Aparentemente, importaria distinguir dois aspectos no problema: um é o volume de construções habitacionais a realizar de modo a, em certo prazo de tempo, todas as famílias terem habitação digna; outro problema seria o das entidades proprietárias dessas habitações. E tanto se distinguem estes problemas que até se defende a resolução da crise da habitação cedendo facilidade e estímulos às empresas privadas que se lançem em construções para senhorios (também privados).

Ora o que impressiona em Portugal é o seguinte: gasta-se muito, anualmente, com a construção de habitações; conduzem-se os programas, essencialmente, no sector privado (empregadores e proprietários aplicando capitais para lucro), mas a crise subsiste. Não falta quem estabeleça a correlação entre estes três elementos, sobretudo quando se junta o confronto com a situação de outros países, em que a crise se venceu ou está a vencer, e em que idêntico nível de gasto é canalizado por programas vastos de inspiração ou comando do Estado, ainda que a propriedade seja privada (e impressiona, sobretudo o relevo do movimento cooperativo em alguns países estrangeiros, contra a sua quase inexistência em Portugal). Tudo isto foi dissecado ao preparar-se o Plano Intercalar de Fomento para 1965-67.

De modo que, à luz de ideias de eficiência económica e, mais do que isso, inspirando-se na doutrina da Igreja de defesa da propriedade privada, os católicos portugueses terão de conseguir que o Estado cumpra a sua missão de definição de uma política nacional de habitação; e que dessa política façam parte a elaboração de programas vastos e a busca de economia por todos os meios (terrenos, juros dos empréstimos, normalização e pré-fabricação das construções, continuidade dos trabalhos, etc.), assim como a participação efectiva dos futuros utilizadores (cooperativismo), e a posse das habitações pelas famílias.

16. O outro domínio de propriedade é a empresa - assumindo uma importância crescente mesmo nesta nossa economia atrasada, e importância não apenas quanto ao volume dos capitais mas, sobretudo, por constituírem as empresas o quadro normal, corrente, de actividade para cada vez maior número de homens e mulheres.

Abrem-se ao engenho de juristas, economistas e homens políticos muitas perspectivas no sentido da transformação da estrutura de relações e poderes na empresa, a fim de realizar o objectivo da comunidade de trabalho. Mas sem abordar, sequer,

esses tipos de transformação mais profunda, limitamo-nos a notar que a propriedade das empresas tende a alargar-se a grupos sócio-económicos que, anos atrás, não aspiravam a tal situação. A emissão de acções com a preocupação de captar as pequenas poupanças; a criação de fundos de investimento, em última análise, dirigidos ao mesmo fim; a própria participação nos lucros concedida já por um certo número de empresas ao seu pessoal; a entrega de algumas acções aos empregados mais antigos, quando de aumentos por incorporação de reservas - tudo são modalidades que estão diante de nós, e todas congruentes para a "dissociação" da propriedade.

Mas acontecerá que esses novos e pequenos proprietários vejam alargadas as possibilidades de expressão e de exercício da sua função social, e estimulado o exercício da sua responsabilidade - como quer a constituição conciliar?

Não; e não enquanto não se alterar o processo de participação e voto dos pequenos accionistas nas assembleias gerais; não enquanto as minorias não tiverem presença nos conselhos de administração; não enquanto a fiscalização das sociedades anónimas continuar a competir ao mesmo grupo que requer fiscalização (é a mesma maioria que elege, na assembleia, o conselho de administração e o conselho fiscal).

Parece que o pensamento católico português terá muito a dizer no sentido da reforma da lei de sociedades anónimas e da lei comercial, em geral. Vamos a ver se num sentido mais actual do que o demonstrado ao influenciar o novo Código Civil.

17. Existem domínios rurais extensos ou até mesmo imensos, me - diocrementemente cultivados ou que permaneçam sem nenhuma cultu - ra por motivos de lucro, enquanto a maior parte da popula - ção está desprovida de terras ou possui sòmente terrenos extraordinariamente pequenos e quando, por outro lado, o incremento da produção agrícola apresenta com evidência um carácter de urgência. Não raramente, os que são contratados para o trabalho pelos proprietários ou os que cultivam parcelas arrendadas, recebem um salário ou um rendimento indigno de homens, estão privados de uma habitação decente e são explo - rados pelos intermediários. Desprovidos de toda a seguran - ça, vivem numa dependência pessoal tal que lhes é retirada quase toda a possibilidade de iniciativa e de responsabili - dade, estando-lhes interdita toda a promoção cultural, toda a participação na vida social e política. (G.S., 71, §6).

Desfaço já o equívoco : este texto não é do discurso do Senhor Ministro da Justiça no domingo passado, em Fronteira (do Alentejo); é da Constituição Gaudium et Spes.

Mas o que estamos é, sem contestação, diante de doutrina a aplicar às nossas regiões agrárias do Sul; e que alguma doutrina é precisa mostram-no, até, as iniciativas gover - namentais no início de execução do II Plano de Fomento, quando surgiram os projectos de novos diplomas legais regulando a co - lonização interna, o arrendamento e o emparcelamento, e o plano de valorização do Alentejo pela rega de 170 mil hectares - a tu do se começando a chamar, cerca de 1959-61 a "reforma agrária".

A "reforma" não foi àvante, começando por per - der a designação que passou a "reorganização agrária", mais tar - de convertida em "orientação agrária". Mais do que o nome, per - deu a intenção, os objectivos, o mero diagnóstico de uma situa - ção que atenta contra a dignidade do homem. Porquê tudo isto?

Pode haver a tentação de responder à pergunta apresentada recordando a luta desencadeada pelos grandes pro - prietários rurais do Sul do país contra os aludidos projectos de reforma. Mas é uma resposta que não convence completamente, pois essa defesa dos interesses estabelecidos é fenómeno uni - versal e, se não justificável, pelo menos compreensível; e têm-se levado a termo reformas do regime da terra por muita par - te do mundo, apesar de análogas oposições.

Mas aconteceu, entre nós, que os principais in - teressados em que se alterassem as condições e estruturas eco - nómicas e sociais nas regiões de latifúndio não tiveram qual - quer participação nas discussões e deliberações, ao mesmo tem - po que estavam amplamente representados os proprietários, e tan - to na Câmara Corporativa como na Assembleia Nacional. Mais ain - da : postulando a falta de cultura e a incapacidade de defesa dos próprios interesses em todo o grupo dos assalariados ru - rais, o sistema entrega a sua representação a... proprietários. Daí ter-se podido afirmar, em momentos decisivos, que "os tra - balhadores rurais não querem nenhuma reforma agrária" - apenas se ficando na dúvida acerca do modo como esses trabalhadores te - rão feito chegar tal opinião e orientação de voto aos seus re - presentantes e defensores legais.

Ainda assim, não se fica convencido sobre quan - to se passou : pois as dificuldades de representação dos assa - lariados rurais sempre se defrontam, em todas as experiências de renovação das estruturas. Todavia, tem acontecido por muita parte que o poder compensador contra o domínio dos grandes pro - prietários, dada a ausência de voz dos assalariados, assente em uma opinião pública esclarecida e activa - neste caso, essen - cialmente, as populações urbanas que já tenham vencido o pri - meiro limiar do desenvolvimento e da consciencialização quanto às injustiças sociais, com destaque para os técnicos e profis - sões liberais. Mas isto, que tem acontecido por muita parte, foi impossível de verificar-se entre nós, tais os cerceamentos

impostos à informação sobre os mais graves problemas nacionais e à sua discussão pública. De modo que uma força latente de progresso, que poderia ter sido decisiva, mal chegou a tomar conhecimento da gravidade dos problemas que estavam a debater-se; e quando alguém soube de alguma coisa, não encontrou meios para intervenção.

Não se medita a história social para alinhar recriminações. Convém, sim, inventariar as forças actuautes ou latentes numa sociedade e examinar o funcionamento dos sistemas político-sociais, para o que se prestam, exemplarmente, os momentos de decisão ou crise grave. Pois a condição sub-humana dos trabalhadores do Sul do país mantém-se inalterável, ou (como diz a Constituição pastoral), esses trabalhadores estão desprovidos de toda a segurança, vivem numa dependência pessoal tal que lhes é retirada quase toda a possibilidade de iniciativa e de responsabilidade, estando-lhes interdita toda a promoção cultural, toda a participação na vida social e política (G.S., 7186); e se é assim, a reforma acabará por vir - e importa que não nos sobre nos mesmos ou em escolhos análogos aos da tentativa anterior.

LISBOA

Capítulo III - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

18. Enquanto multidões imensas carecem ainda do estritamente necessário, alguns, mesmo nas regiões menos desenvolvidas, vivem na opulência e na dissipação dos bens. O luxo e a miséria coincidem. (G.S., 63, §3).

Estas são as palavras com que, no Concílio, se aflora o tema do subdesenvolvimento, e das disparidades de níveis de vida entre os homens no mundo de hoje. Concretizando este pensamento, Paulo VI escreveu agora :

Hoje, o fenómeno importante de que todos devem tomar consciência é o facto da universalidade da questão social. (...) Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência. A Igreja estremece perante este grito de angústia e convida cada um a responder com amor ao apelo do seu irmão. (P.P., 3).

A Igreja estremece - será assim, em Portugal?

19. Ao nível dos nossos problemas internos, ainda a atitude muito comum e, sobretudo, a estruturação teórica, subjacente a tantas declarações e comportamentos, é a do velho capitalismo liberal e da sociedade individualista de século XIX. E os católicos recordam que "pobres sempre os terei conosco", assim como recordam que o planeamento do desenvolvimento se iniciou na Rússia na era comunista, e recordam, ainda, que o terceiro mundo anda atado contra os interesses portugueses sob o impulso de organismos internacionais sempre preocupados com o desenvolvimento e a cooperação internacional. Daí, que nós, os católicos, não tenhamos ainda sentido esse estremecimento, que é da Igreja universal.

Mais difíceis se anteolham as coisas no plano internacional. Pois a Igreja, não só estabelece um diagnóstico rigoroso da situação de injustiça do mundo de hoje, como sugere e propõe linhas básicas de acção para enfrentar tais problemas. Ora, dessas sugestões e propostas, avulta um sentido básico - a solidariedade internacional; e além do princípio, orientações como : a constituição de um fundo mundial de auxílio, pela redução dos armamentos (proposta de Bombaim), a substituição do serviço militar por modalidades de serviço "social", o estabelecimento de uma autoridade mundial eficaz. Juntando a isto a atitude sistemática de defesa dos interesses dos países pobres, designadamente daqueles que adquiriram recentemente a independência política, a enunciação dos perigos latentes no nacionalismo e no racismo, e uma solicitude e estímulo constantes pelas organizações internacionais (como a O.N.U. ou a U.N.E.S.C.O), - bem se compreende que tenha havido e estejam ainda para vir movimentos de espanto e atitudes de dificuldade por parte dos católicos diante destas recentes formulações da Igreja, primeiro no Concílio, agora pela voz do Papa. Tudo está, aliás, na linha das perplexidades que já se presentiram quando João XXIII enviou ao mundo a "Mater et Magistra" e a "Paovem in Terris".

20. Situando-nos perante o subdesenvolvimento português, e nem sequer aludindo à gravidade do problema no que respeita a Angola ou Moçambique, por exemplo (com 12 milhões de negros no extremo inferior da condição humana), é a desigualdade gritante das situações, são as carências básicas da maior parte da população em tantos aspectos, aquilo que nos tem de preocupar.

Preocupar e lançar à acção. Mas, de futuro, as iniciativas locais e individuais não bastam. A situação presente do mundo exige uma acção de conjunto a partir de uma visão de todos os aspectos económicos, sociais, culturais. (P.P., 13). E a perspectiva de acção que fica sugerida é a da política de desenvolvimento económico-social, consubstanciada, no caso por-

tuuguês, nos "planos de fomento", como tende a ser norma por todo o mundo.

Não é para agora a história dos planos de fomento nacionais, apenas se afirmando que parece muito importante proceder a esse balanço, não só quanto aos métodos e aos resultados em confronto com as projecções e intenções, mas ainda no que respeita às concepções de evolução económica e social que, necessariamente, lhes têm andado subjacentes.

Assim, não deixa de impressionar, por exemplo, que em 1955, quando se lançou a "Lei de reconstituição económica" em vigor até 1950, nem tenha sido aceite a concepção do plano -mento num sentido tecnicamente correcto, nem se tenham aliado aos múltiplos domínios de acção antevistos o da educação popular (e ambas as coisas foram propostas, concretamente, na Assembleia Nacional). Também é sintomática a timidez em atribuir ao sector público funções que o sector privado, nitidamente, não vem cumprindo em escala suficiente - e o melhor exemplo é o da promoção industrial, que continua a ver-se em termos puramente capitalistas, quando muito com alguns ensaios de "economia mista" em um ou outro sector. Finalmente, os problemas do ensino e investigação, da saúde e assistência, e da habitação, apenas entraram nos planos de fomento e, portanto, começaram a ser considerados numa perspectiva de desenvolvimento global, como o plano intercalar (1965-67); e de todos se poderá dizer que "entraram" apenas simbolicamente, tão arredados andávamos da exigência de resposta a essas necessidades básicas da comunidade a não ser por esforços dispersos e como que a título supletivo.

De todos estes exemplos pode arrancar uma conclusão, e importante para a inserção dos católicos portugueses na acção temporal, a ver se contribuem para que se realizem as aspirações dos homens que o Papa enuncia nestes termos : Ser libertos da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, a saúde, um emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer opressão e situações que ofendam

a sua dignidade de homens; ter maior instrução; numa palavra, realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais: tal é a aspiração dos homens da hoje, quando um grande número de entre eles estão condenados a viver em condições que tornam ilusório este legítimo desejo. (P.F., 6).

E essa conclusão é que se impõe a alteração de certa linha básica de orientação dos nossos planos e da nossa política de fomento, de modo a trazer ao cimo das preocupações, dos métodos de análise, e da definição de objectivos, projecções, projectos e medidas de política, quanto respeita às necessidades essenciais da população - em especial, a alimentação, a saúde, a habitação, o ensino e cultura. Sem dúvida que a redistribuição, só por si, pouco resolverá, havendo que incidir o maior esforço no aumento das produções; mas não pode é continuar a esperar-se de automatismos económicos inexistentes, quer a correcção das desigualdades actuais quer a orientação para carências básicas dos grupos de portugueses mais pobres daqueles frutos do progresso que estão a conseguir-se em proveito não se sabe claramente de quem.

21. Mas na citação que acabou de fazer-se, da recente encíclica sobre os problemas do desenvolvimento, há uma frase que carece de comentário e, também, de aplicação ao nosso país; entre as aspirações dos homens, enuncia-se a de "ter maior participação nas responsabilidades". Aliás, num domínio menos geral, já o Concílio afirmara a propósito da participação dos trabalhadores: mas, como muitas vezes já não é na própria empresa que se tomam as decisões económicas e sociais de que depende a sorte futura dos trabalhadores e dos seus filhos, mas em instâncias superiores, estes devem participar nessas decisões, quer pessoalmente, quer por meio de representantes livremente eleitos. (G.S., 68, §1). E poderiam juntar-se outras citações, umas vezes de âmbito mais lato, outras mais restrito, por exemplo, estas: Enquanto um pequeno nú-

mero dispõe de um poder máximo de decisão, muitos estão privados de quase toda a possibilidade de actuar por sua própria iniciativa e responsabilidade. (G.S., 63, §3); O desenvolvimento económico tem de manter-se sob o controlo do homem, não devendo ser abandonado ao arbítrio de uns poucos ou de grupos demasiado preponderantes devido ao poder económico. Pelo contrário, importa que o maior número possível de homens, em todos os níveis, (...) possam participar activamente na orientação desse desenvolvimento. (G.S., 65, §1).

Como tem acontecido tantas outras vezes, a propósito do ensino social da Igreja, a dificuldade não está em apreender intelectualmente ou aceitar, no plano dos princípios, todos estes enunciados; reside, sim, nas aplicações práticas. Partindo da ideia de que o Concílio e os Papas se pronunciam exactamente porque os problemas existem, e graves, a requerer soluções que cumpre aos leigos descautinar e realizar, tentaremos uma vez mais alguma transposição para a nossa situação concreta.

22. Os planos de fomento portugueses e, portanto, a preparação e decisões de fundo quanto à política de desenvolvimento, já não pertencem exclusivamente à Administração pública - como acontecia na primeira fase.

Por um lado, embora não esteja entregue à Assembleia Nacional a aprovação ou decisão quanto ao plano, cumpriu-lhe definir os objectivos básicos quando da elaboração do actual Plano Intercalar para 1965-67. E pode ler-se na base II do texto votado pela Assembleia:

"1. O Plano tem por finalidade o progresso económico e social do povo português e constituem seus objectivos específicos:

- a) A aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional;

b) A repartição mais equilibrada do rendimento nacional."

"2. Na organização e execução do Plano, deverá também atender-se, na medida do possível, às exigências de correcção dos desequilíbrios de desenvolvimento regional, em particular no continente e ilhas adjacentes."

Pode, evidentemente, discutir-se a representatividade de uma assembleia, em determinado contexto histórico; o que não pode é negar-se a essa assembleia, que quer representar o povo, o poder e a função de traçar as linhas mestras em matéria de desenvolvimento. Daí, considerarmos um progresso o que se fez em 1964 quando, anteriormente, era exclusivamente ao Governo que cabia a definição de objectivos dos planos.

Mas, por outro lado, e ainda no que respeita aos poderes da Assembleia, se continua cerceada no que respeita a aprovação do plano, tem sido hábito - e salutar - facultar-lhe na fase de projecto, permitindo que sobre ele se faça um amplo debate, ainda quando não culmine em mais do que uma "moção". Aconteceu em 1958 (para o II Plano) e em 1964 (para o Plano Interoclar). Ora o que revelam essas moções, e todo o debate, aliás, é uma consciencialização da opinião pública ante os problemas e exigências do desenvolvimento, consciencialização a que os deputados corresponderam, embora com naturais limitações.

No regime actual, o Governo é livre para aceitar, ou repudiar integralmente, as moções da Assembleia e, portanto, certo eco da voz do povo que, por aí, chega ao seu conhecimento. Mas mesmo quando as ignore (e foi o que sucedeu em 1964), não vamos concluir que mais vale retirar essas atribuições já tão restritas à Assembleia; pelo contrário, dir-se-á que a opinião pública católica só poderá aceitar alguma modificação

na actual distribuição efectiva de poderes para fixar as orientações básicas ao desenvolvimento económico-social quando ela se der em reforço dos poderes da Assembleia e em detrimento dos do Governo. Mesmo com algum prejuízo do apuro e equilíbrio técnico? Sem dúvida - pois estão em causa princípios superiores a que convém começar a atender.

23. Não vamos analisar quanto têm evoluído as possibilidades de participação de novos grupos e pessoas, através da Câmara Corporativa, nas discussões sobre os planos e a política de desenvolvimento - mas tem sido progressivamente mais larga em participação, não apenas em número de participantes, mas também quanto ao vigor das discussões e, mesmo, à ligação entre os procuradores e algumas correntes de opinião que existem ou conseguem formar-se cá fora; a própria institucionalização das corporações ganha, aqui, relevância.

Do mesmo modo, apenas fica uma referência muito ligeira à extensão do número de pessoas, instituições e serviços que participam nos trabalhos preparatórios dos planos - outro progresso evidente.

Mas preocupam-nos, sobretudo, dois problemas a que a opinião e o poder de intervenção dos católicos não hão-de ficar alheios mais tempo - a quererem aplicar o ensino da Igreja.

Um desses problemas é o da difusão das informações e análises acerca da economia e sociedade portuguesa; pois se tudo quanto se estudou na preparação do II Plano (1959-64) veio a público, assim se contribuindo para interessar e esclarecer a opinião pública, já as coisas correram de modo lamentavelmente peor por ocasião do Plano Interoclar, não se anunciando mais favoráveis neste momento, em que é confidencial e reservado todo o estudo, importantíssimo, que foi feito para o plano mas está fechado nos gabinetes. Para quando o "direito à informação"?

Outro ponto, bem mais grave, é o da participação dos trabalhadores nos trabalhos de planeamento. Estão lá as Corporações, assim como as Associações e as empresas, pelo menos as de maior importância; mas por nenhum destes "canais" chega, efectivamente, a voz e a representação dos trabalhadores. De modo que tudo se analisa e decide sem que cheguem a "entrar no jogo" precisamente os mais interessados num desenvolvimento que venha para serviço do homem. Os problemas e anseios que mais têm a ver com essas grandes massas da população do país podem ficar esquecidos ou, pelo menos, referem-se sem aquela vigor e presença que são dados pelo "viver" das dificuldades, quando não da miséria. Peor do que tudo: a política de desenvolvimento não está a constituir, logo na sua elaboração, instrumento para realização dos homens.

Mas os trabalhadores não se interessam por esses problemas, nem têm cultura para os apreender; os sindicatos não são representativos... Se os católicos portugueses continuam a nada fazer para que as coisas mudem, também não valerá a pena citarem os documentos da Igreja onde se insiste, constantemente, em que os programas de desenvolvimento só importam para "serviço da pessoa", devendo tornar cada homem capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual. (P.P., 34).

24. "O nacionalismo isola os povos, contrariando o seu verdadeiro bem". (P.P., 62). Esta é uma palavra dura, a meditar profundamente, tão apegados andamos todos a ver o mundo na perspectiva dos interesses imediatos que nos rodeiam. E se não devem desprezar-se valores, e tradições, e elos comunitários que nos inserem mais directamente na pátria, torna-se condenável o homem do nosso tempo que se furta à construção da comunidade internacional. Pois a realidade profunda, e uma das mais significativas da época presente, é a marcha acelerada dessa construção, pela primeira vez na história os homens se sentindo a constituir,

realmente, o género humano.

A construção de uma nova ordem internacional; tem incidências mais visíveis no domínio da política (designadamente quanto à guerra, que deixou de ser localizável e pode conduzir ao aniquilamento nuclear) e de economia, terreno em que avulta a oposição entre o conjunto dos países tradicionalmente evoluídos e industrializados e o "terceiro mundo" do subdesenvolvimento, da fome, analfabetismo, doença e miséria. Mas economia e política não são campos alheados, antes tendendo a oposição dos níveis económicos de desenvolvimento a identificar-se com uma dissociação em grupos e alianças políticas. Quando se diz que os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência acrescenta-se, que a continuada aza destes provocaria os juízos de Deus e a cólera dos pobres, com consequências imprevisíveis. (P.P., 3 e 49).

Não podemos resvalar no erro de atribuir esta oposição e, mesmo, os graves perigos latentes no desequilíbrio actual, ao progresso, ou à evolução do mundo, ou ainda às tentativas de estruturação das relações internacionais. Como toda a construção humana, uma nova ordem internacional tanto pode encaminhar-nos para o mal como para o bem, para a paz como para a catástrofe. Mas precisamente por ser desta grandeza a alternativa posta, ninguém terá o direito de se escusar à revisão de valores, ao sacrifício de interesses e posições, ao esforço de superação de egoísmos, que se exige para vir a ser ordenada ao bem dos homens a nova estrutura de relações à escala universal. Ninguém poderá ficar orgulhosamente só, nem os homens nem os povos.

25. Tanto no texto conciliar, como na encíclica acerca do desenvolvimento, as orientações doutrinais movem-se em dois terrenos: por um lado, critica-se a estrutura em que decorrem as relações económicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, surge -

rindo-se linhas de renovação que envolvem o repúdio da filosofia liberal e do sistema capitalista; por outro lado, surge-se um certo número de acções concretas a lançar ou a desenvolver, todas no sentido da ajuda aos países atrasados. A característica comum a uma e outra linha de ataque, em quase todos os pontos sugeridos, é a sua transcendência perante esforços e decisões individuais ou, mesmo, de agrupamentos de iniciativa particular. Estamos, abertamente, num domínio em que os católicos recebem orientação para a política e incentivo para nela intervirem.

Não vamos referir cada um dos pontos, em particular, pois será mais vantajosa a leitura dos próprios documentos da Igreja. Mas passando, imediatamente, às aplicações a Portugal, parece inútil entrar em referências específicas sem prevenir, imediatamente, que será este o terreno mais árido e doloroso.

Poderia cuidar-se que não se levantarão dificuldades sérias no que respeita às bases de uma nova orgânica para o comércio mundial. Mas o repúdio dos princípios e da própria filosofia do livre-cambismo, não há-de considerar-se pacífico num país em que se avolumam as posições de domínio por parte de grandes organizações capitalistas estrangeiras e nacionais, e quando se verifique que da nova ordem não-de fazer parte autoridades supra-nacionais, e que por ela estão a bater-se, essencialmente, os países que se nos opõem no terreno político, os afro-asiáticos. Não virá a ser fácil aos católicos portugueses, individualmente ou através da sua participação em grupos de várias espécies, conseguirem a adesão da nossa política ao controle e cercamento desses interesses capitalistas, à outorga de poderes a organizações de cooperação internacional, e às posições dos países do terceiro mundo nas votações internacionais. Não será fácil - mas terá de ser. Francamente difícil, todavia, se apresentam muitos outros pontos de acção que o Papa e o Concílio sugeriram.

Pedíamos, em Bombaim, a organização de um grande Fundo Mundial, sustentado por uma parte da verba das despesas militares, para vir em auxílio dos mais deserdados. O que é válido para a luta imediata contra a miséria vale também no que respeita ao desenvolvimento. Só uma colaboração mundial, de que um Fundo comum seria ao mesmo tempo símbolo e instrumento, permitiria superar as rivalidades estereis e estabelecer um diálogo fecundo e pacífico entre todos os povos. (P.P., 51). E depois de anotar as vantagens de um programa de colaboração mundial, por se não prestar às suspeitas de que enfermam os acordos bilaterais, continua-se: Quem não vê que um tal Fundo provocaria que para ele revertessem certas quantias, que de outro modo se iriam esbanjar em despesas só explicáveis pelo medo ou o orgulho? (P.P., 53). A Igreja, aos leigos, a todos os portugueses está posto o problema de conciliar este apelo, agora reiterado, com a guerra no Ultramar e suas despesas.

Está em preparação, entre nós, uma nova lei sobre serviço militar. Ora também quanto a este problema se encontra orientação no texto pontifício:

Alegremo-Nos por saber que, em algumas nações, o "serviço militar" pode tornar-se, em parte, "serviço social", unicamente "serviço". Abençoamos estas iniciativas e a boa vontade daqueles que a elas respondem. (P.P., 71). Não pensamos que os católicos portugueses tenham feito qualquer esforço, pelas vias legais, para conseguir a introdução destes princípios na nova legislação; mas não terão, moralmente e, até, à luz dos interesses nacionais a longo prazo, a obrigação de o fazer, ainda que por esse facto incorram no risco de ser apodados de traidores ou comunistas por alguns extremistas e, até, por pessoas de boa fé?

Esta colaboração internacional, estendida a todos, há-de ser preparada, coordenada e regida por certas instituições, até se construir uma ordem jurídica universalmente reconhecida. De todo o coração, encorajamos as organizações que tomaram a peito esta colaboração no desenvolvimento e desejamos que

sua autoridade progrida. "A vossa vocação, dizíamos Nós aos representantes das Nações Unidas, em Nova Iorque, é a de levar - des a fraternizar, não alguns só mas todos os povos (...). Quem não vê a necessidade de se chegar assim, progressivamente, ao estabelecimento duma autoridade mundial, em condições de agir eficazmente no plano jurídico e político?" E o Papa concluía, no termo desta recordação do seu discurso à O.N.U. em 1965: Alguma julgarão utópicas tais esperanças. Pode ser que, no seu realismo, se enganem e não se tenham apercebido do dinamismo de um mundo que quer viver mais fraternalmente e que - apesar das suas ignorâncias e dos seus erros, e até dos seus pecados, das suas recaídas na barbárie e dos longos desvios fora do caminho da salvação - se vai aproximando lentamente, mesmo sem dar por isso, do seu Criador. (P.P., 78 e 79).

Interroguemo-nos interiormente : Temos contribuído para difundir estas ideias de constituição de uma autoridade mundial eficaz, por reforço das Nações Unidas? Estaremos dispostos aos sacrifícios e incompreensões que a luta por conseguir a participação de Portugal num movimento desta orientação implicará para os católicos portugueses? Não seremos nós os primeiros, muitas vezes, a acreditar que as Nações Unidas, os outros órgãos de cooperação internacional, e as ideias de comunidade e autoridade mundial, são mero produto das vozes e forças de subversão num mundo em desvario - como se quer fazer orer à nossa opinião pública?

Picaram pontos de doutrina e interrogações acerca da Igreja, em particular da acção dos leigos, em Portugal. Interrogações escolhidas entre as mais angustiadas, de entre aquelas que verdadeiramente dilaceram o espírito a muitos de nós. Mas não se propõem, exactamente, estes documentos recentes da Igreja, responder a tantos dos nossos contemporâneos que encontram difficuldade em discernir os valores permanentes, e que, tomados de

inquietação, interrogam-se com um misto de esperança e de angústia, sobre a evolução actual do mundo? (G.S., 4,§5). Afinal, esses documentos não contêm mais do que ideias - mas são as ideias que dirigem as Nações e governam o mundo.

-----000-----



CATOLICA

RESEARCH CENTRE FOR
PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELLBEING

LISBOA

LIBERDADE E DEVER

(Excerpto do Fomento de 1ª. frequência)

Maria Alice da Costa Pina

Tema proposto a análise :

"A cada ser humano compete decidir qual é o seu dever : porque o homem é livre"

1. O ser humano, a vida e a liberdade

A "idade da liberdade", não coincide com uma determinada idade cronológica. Mas existe uma certa relação entre as duas. Não podemos dizer que uma criança de 3 anos seja livre. Só se encararmos aqui a liberdade como certos dicionários a definem: "oposição a estar preso". A liberdade referida ao homem deve ser encarada num sentido mais denso: a posse de si mesmo, que pressupõe mais o não estar acorrentado espiritualmente a alguém ou a alguma coisa. O homem preso, o escravo pode ser "senhor de si", pode construir-se, realizar-se. Isto pressupõe um conhecimento de si próprio, uma educação do seu espírito, a qual se adquire à medida que se vai vivendo, porque se fundamenta numa série de experiências pessoais. Ora estas não existem na criança. Logo, não pode dizer-se que ela seja livre.

Mas não podemos encaminhar-nos para o polo oposto. A liberdade humana constitui-se não só por aquilo que realiza, mas também na possibilidade de realizar. Ora essa possibilidade existe na criança. É ela que tem de ser respeitada quando se fala em educar a criança. Muito mais do que se pensa, acontece que a criança é educada encarando-se-lhe as reações como instintos e acontece que, longe de se educar, se adestra; ora este ti-



CATÓLICA

CRC-W · CATHOLIC RESEARCH CENTRE FOR
PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELL-BEING

LISBOA

po de educação é próprio dos animais e não do homem. Mata-se na criança a sua liberdade.

A criança começa por realizar-se na vida, segundo duas atitudes muito características :

- . coloca-se perante a vida
- . reage pela afectividade

O colocar-se perante a vida, é semelhante à atitude dos povos primitivos que nada sabiam das coisas e apenas as encaravam como poderes. As suas reacções eram afectivas : de temor, de angústia, de surpresa, de entusiasmo, eram essencialmente emotivas. Mas há uma certa altura em que o homem interroga as coisas : "O que é isto?" "Porque é assim?". Nas respostas o homem encontra-se com as coisas; conhece-as; então deixa de viver perante elas e passa a viver ao meio delas. Numa segunda fase interroga-se perante os homens e procura conhecê-los, mas até que isso aconteça decorre muito mais tempo, requerem-se muito mais experiências do que para o conhecimento das coisas. E quando procura conhecer os outros homens, acontece algo de novo e quase de alarmante : o próprio homem fica em causa; pela primeira vez descobre que nada sabe de si; pela primeira vez, dá-se conta da sua existência; pondo-se perante os outros interroga-se a si próprio, vai descobrindo coisas de si, zonas de si. E tende a viver apenas com essas zonas. E tende a alarmar-se quando vê, que não coincide com os outros. Desanima, desorienta-se. É o que acontece na adolescência. Foi o que aconteceu quando os filósofos descobriram que nada sabiam do homem.

Até esta fase e durante muito tempo dela, o homem passa a vida a encontrar : as coisas, os outros, a si próprio. Tudo lhe é dado. Mas ele tem de viver e viver é agir. É para agir tem de decidir-se a fazer coisas. E como não lhe é possível tudo fazer, tem de escolher o que vai fazer. Aliás irá passar toda a sua vida a escolher - "Tenho que escolher entre as possibilidades com que me encontro e ninguém pode salvar-me dessa es-

colha e decisão" - Ortega e Gasset - "História da Filosofia" de Julian Marias.

Simplesmente o poder de escolha não é o mesmo na adolescência e no estado adulto. Na adolescência tudo se passará entre o escolher uma coisa e outra, entre uma lei e outra lei; porque decide entre o que existe, o que lhe é dado. A sua liberdade limita-se ao livre arbítrio. Na História da humanidade, esta fase foi longa; durante a Idade Média e muito tempo depois. Quer dizer que não tivessem existido homens livres no sentido mais amplo. A isso se pode contrapor que no estágio actual, quando são dadas ao homem maiores possibilidades de conhecer-se a si próprio e aos outros, ainda muitos se fixam na liberdade do "livre arbítrio", isto é, não ultrapassam a fase da adolescência.

Isto acontece, porque na maior parte das vezes se trata de personalidades desintegradas. A responsabilidade do facto, pode remeter-se para a educação que lhes foi dada, para os "quadros sociais" onde viveram a sua infância e adolescência. Se na fase afectiva da criança, as suas emoções não forem compensadas, nem educadas; se o educador se limitou a controlar-lhe os instintos, então teremos que nas fases seguintes - intelectual e volitiva - haverá sempre um regresso à primeira; e continuará a havê-lo se não se lhe der atenção. Ora acontece que, à medida que vai crescendo, quererá manifestar emoções do tipo da 1.ª infância; o ambiente social opõe-se : seria ridículo. Então remete-as para o inconsciente : recalca-as. Mas o assunto não fica resolvido; pelo seu próprio dinamismo elas tenderão a manifestar-se e manifestam-se por comportamentos estranhos. E o tempo que gasta à volta destes comportamentos, vai obstar à sua realização como homem livre. É preciso integrar a personalidade. É preciso entregar o homem a si próprio. Quando isto acontece ele passa a ser livre e então descobre que pode criar a sua própria vida. Já não existe a relação dele perante os outros, mas dele com os outros. A primeira trar-lhe-ia sempre uma angústia, um medo, semelhante ao da infância; fá-lo-ia parar ou retroceder.

A segunda traz-lhe confiança, segurança; impulsão para a frente. Desdobre que a vida não se resume ao que é dado e que ele encontra; compete-lhe criar também a sua própria vida. Já não se limita ao conhecimento que tem de si; quer ser mais, ser diferente. Quer construir-se, realizar-se "tem que imaginar ou inventar o personagem que pretende ser" - ainda Ortega e Gasset - - livro atrás mencionado. Nesta fase o homem descobre ainda que quando não pode criar, tem pelo menos o poder de dar sentido. Não podemos cair no extremo de Sartre, para quem a vida é só o poder de dar sentido. (1)

O livre arbítrio existirá também pela vida fora integrado no poder de dar sentido; mas é sobretudo para este último género de liberdade que o homem deve caminhar.

2. O homem e a vida

Tudo seria muito fácil, se as situações fossem sempre as mesmas em todas as épocas e em todos os lugares. Poderiam assim arranjar-se normas de comportamentos perante essas situações e o dever do homem consistiria apenas em escolher entre as várias normas.

A vida é uma corrente contínua - como a água do rio; não voltará a passar no mesmo lugar e se isso fosse não seria a mesma água.

Uma situação não volta nunca; não se repete nunca.

(1)

"Aussi, notre vie, n'est ni pure découverte, ni création toute-puissante" - R. Senne - "Traité de Morale Générale", pag. 12.

Bergson esforçou-se por demonstrá-lo.

E ainda a mesma situação (encarada objectivamente) quando se apresenta ao mesmo sujeito, ela nunca será encarada da mesma maneira. Como diz um Poeta: "Nous n'aurons plus notre âme de ce soir".

"A vida complexa e rica, solicitar-me-á amanhã dum modo totalmente novo e fresco, apesar das aparências. E eu que lhe responderei, terei já vivido hoje, ontem e anteontem. Terei já uma certa experiência do mundo e de mim próprio. Amanhã tudo será novo e não para mim" (Marx Oraison - "Moral para o nosso tempo" - pag. 25).

Mais: a mesma situação, no mesmo tempo, no mesmo lugar não é vista por dois homens da mesma maneira. Cada qual a recebe em função do seu "quadro de referências", da sua subjectividade; recebe-a em função das suas experiências, da sua cultura, do seu meio ambiente.

3. O comportamento humano perante as situações

Por isso é impossível que uma mesma conduta, tenha de ser usada por todos os homens. Quando muito ela pode ser adaptada, se não puder ser criada por cada indivíduo. Mas nessa adaptação, há já uma criação pessoal. E neste sentido podemos afirmar que a cada ser humano compete decidir qual é o seu dever; o que à primeira vista parece pressupor que há um dever para cada um, pode agora entender-se que pressupondo uma norma geral, eu me posso integrar nela e criar com ela (e não a partir do nada) uma outra norma que é minha, que eu aplico a uma determinada situação, num determinado momento da minha vida.



CATÓLICA

CRC-W · CATHOLIC RESEARCH CENTRE FOR
PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELLBEING

LISBOA

- SUMÁRIO -

	Pg.
Lúcia G. Castillo SERVIÇO SOCIAL DE FAMÍLIA - Um confronto com Mary Richmond	- 3
Maria Margarida de Abreu Teixeira da Costa A PROPÓSITO DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	- 19
Francisco Pereira de Moura A VIDA ECONÓMICA E SOCIAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO PAS- TORAL "GAUDIUM ET SPES"	- 51
Maria Alice da Costa Pina LIBERDADE E DEVER	- 91



CATÓLICA

CRC-W · CATÓLICA RESEARCH CENTRE FOR
PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELLBEING

LISBOA